



Revista **Fenacor**
em Serviços

Contabilidade - Assessoramento - Perícias - Informações - Pesquisas

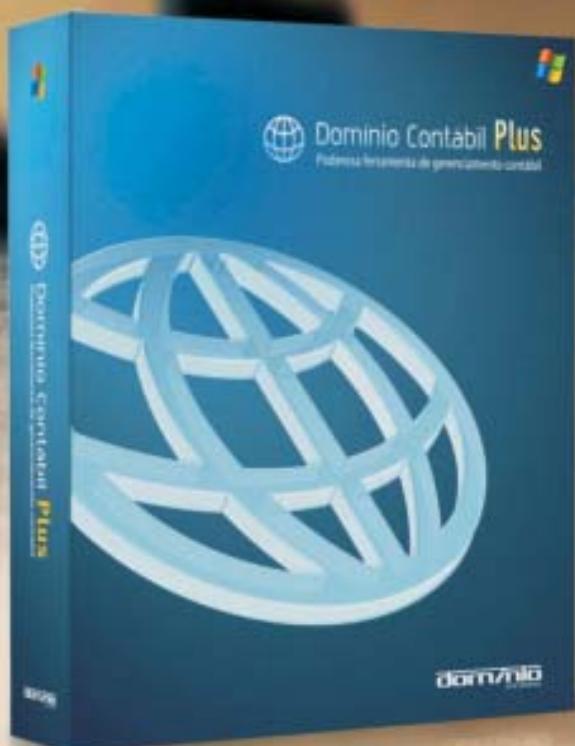
Lei Geral Já

**Vida para as micro e pequenas empresas,
independentemente do ramo de atividade**

MODERNIDADE, EFICIÊNCIA E INTEGRAÇÃO.

Com Domínio Contábil Plus
você vai descobrir o real valor
dessas palavras para a sua empresa.

Completo, prático e de fácil operacionalização, Domínio Contábil Plus irá tornar o dia-a-dia de sua empresa de contabilidade muito mais eficiente. Seus 11 módulos totalmente integrados possibilitam a realização das atividades contábeis de forma rápida e segura. Instale Domínio Contábil Plus. Você irá aumentar a produtividade de sua empresa e também a satisfação dos seus clientes.



Seja um parceiro da Domínio Sistemas. Acesse nosso site
www.dominiosistemas.com.br e solicite uma visita.

domínio
SISTEMAS
A sua melhor escolha

DIRETORIA DA FENACON
(Gestão 2004/2007)

Presidente
Carlos José de Lima Castro

Vice-Presidente Institucional
Valdir Pietrobon

Vice-Presidente Região Sudeste
Sauro Henrique de Almeida

Vice-Presidente Região Sul
Renato Francisco Toigo

Vice-Presidente Região Nordeste
José Geraldo Lins de Queiros

Vice-Presidente Região Centro-Oeste
Laércio José Jacomélli

Vice-Presidente Região Norte
Carlos Alberto do Rego Correa

Diretor Administrativo
Antonio Gutenberg Moraes de Anchieta

Diretor Financeiro
Roberto Wuthstrack

Diretor de Relações Institucionais
Urubatam Augusto Ribeiro

Diretor de Eventos
Carlos Roberto Victorino

Diretor de Tecnologia e Negócios
Nivaldo Cleto

Diretora de Assuntos Legislativos
e do Trabalho
Aparecida Terezinha Falcão

Suplentes
Osias Chasin

Bruno Ricardo de Souza Lopes
Reinaldo Aparecido Domingos
Paulo Bento

Fernando César Passos Lopo
Antonino Ferreira Neves
Ronaldo Geraldo de Castro
Luiz Valdir Slompo de Lara
Antonio Luiz Amorim Araújo
João Aramaya da Silva
Wladimir Alves Torres
Aderaldo Gonçalves do Nascimento
Junior Anastácio Costa Mota

Conselho Fiscal
Efetivos

Sérgio Approbato Machado
Haroldo Santos Filho
Vilson Wegener

Suplentes
Maciel Breno Schiffler
Valmir Madázio
Almir Dias de Souza

Representação na CNC
Efetivos

Carlos José de Lima Castro
Pedro Coelho Neto

Suplentes
Irineu Thomé
Valdir Pietrobon

Entre o desenvolvimento e o vale-tudo para arrecadar

Está mais do que provado que são as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP) as responsáveis por grande parte da geração de emprego e renda no Brasil, um país em que – nunca é demais lembrar – se busca desesperadamente uma estratégia de crescimento econômico, um caminho para a prosperidade duradoura. Por outro lado, sabe-se que mais de 80% da arrecadação tributária está concentrada em menos de 20% de contribuintes – grandes contribuintes, diga-se de passagem.

Nos últimos meses, invariavelmente, os jornais têm publicado manchetes (repetitivas) anunciando um novo recorde de arrecadação obtido pela Receita Federal.

Não obstante esses recordes, verifica-se que o desempenho da economia brasileira, nos últimos tempos, tem sido simplesmente desastroso. Vejamos: por um lado, temos uma inflação acumulada de 5,7%, nos últimos 12 meses, e reservas cambiais de US\$56,9 BILHÕES, em letras maiúsculas mesmo; por outro lado, amargamos um percentual de 9,2% da força de trabalho sem emprego formal e uma taxa de juros básica de 17,25% ao ano.

Ora, alguma coisa não está “batendo” – para utilizarmos um jargão contábil: como pode haver aumento de arrecadação se temos de conviver com a maior taxa de juros do universo, superando até a da Indonésia (13,76% aa)? Como se pode arrecadar tanto, se o PIB é pífio, em torno de 1,4%, segundo o IBGE? Qual a mágica de arrecadação, se o PIB não supera nem o crescimento vegetativo normal, o que gera mais desemprego e pobreza?

A resposta é somente uma: nós estamos sofrendo um aumento “branco” da carga tributária, numa proporção jamais vista na história recente.

A maior prova desse aumento da carga tributária se dá justamente sobre as MEs e as EPPs; e, para justificar, somente um exemplo basta: se uma empresa em 1997 faturava R\$50 mil por mês, anualizados em R\$600 mil, estaria enquadrada na faixa II/d da tabela do Simples, em cuja alíquota fiscal para uma empresa comercial seria de 6,6% de recolhimento.

Essa mesma faixa de arrecadação proporcionaria para a empresa um recolhimento efetivo de 5,88%, pois o Simples é calculado durante o ano pela receita bruta acumulada até o próprio mês, utilizando uma tabela progressista.

Agora, a mágica: se essa EPP tivesse um crescimento vegetativo equivalente à variação do IGP-DI do período, passaria a faturar algo em torno de R\$1.350.000,00 em 2006. Não houve incremento real de nem um centavo, somente a reposição da inflação do período.

Entretanto, nessa nova “realidade”, passará a pagar numa alíquota fiscal de 9,40%, o que, na prática, significa uma alíquota real de 7,23%, considerando que atue no ramo comercial, nos moldes da MP 275, de 2005.

Se os R\$18.225,00 a mais, que sairão do bolso do contribuinte, não representarem, de fato, aumento da carga tributária, eu desconheço o que poderia ser esse aumento – 1.350.000,00 (7,23 - 5,88).

É preciso lembrar a nossos legisladores e dirigentes que eles correm o risco de matar a galinha que bota ovos de ouro. Nós precisamos da **Lei Geral já!** pois ela representa a vida para as micro e pequenas empresas, de todos os setores produtivos.

A Lei Geral representa emprego, geração de renda, desenvolvimento econômico e social – e até mais tributos. Em suma, é genérica, custa pouco, é eficiente e não tem contra-indicação.

Carlos José de Lima Castro
Presidente da Fenacon
presidente@fenacon.org.br





08 Vida para as micro e pequenas empresas

Depois de uma negociação árdua, governo e oposição chegam a um consenso sobre a lei geral, mas projeto ainda depende de aprovação final do Congresso

14 CFC tem uma mulher na presidência

Maria Clara Cavalcante Bugarim fala à Revista Fenacon sobre os principais projetos de sua gestão na presidência do CFC



18 2006: um ano estratégico

Em artigo exclusivo, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, fala da agenda para 2006

Seções



20 Perspectivas econômicas de 2006

O economista Luiz Guilherme Piva faz uma análise da economia para 2006



22 Projeto Redesim chega à Câmara

O diretor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, Luiz Fernando Antonio, fala das vantagens da Redesim

06 Cartas

08 Capa

Vida para as micro e pequenas empresas

13 Política

Um ano de muitas escolhas

14 Entrevista

CFC tem uma mulher na presidência

18 Especial

2006: um ano estratégico

20 Economia

Perspectivas econômicas de 2006

22 Legislativo

Projeto Redesim chega à Câmara

24 Comportamento

Há espaço para gentileza

25 Opinião

Terceirização responsável

26 Gestão Empresarial

Geração de empregos no setor de serviços

28 Fenacon

Vice-presidente da Fenacon visita Sescons

29 Regionais

34 Livros

Administração de processos

Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

Caros amigos
Dr. Carlos e
Dr. Valdir,

Gostaria de parabenizar a dedicação da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de seus representantes na "luta" para aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no Congresso Nacional.

É de pessoas dedicadas e sérias como vocês que as entidades de classe precisam para buscar suas conquistas com legitimidade.

Marcelo de Souza e Silva
Vice-presidente da CDL-BH

Descaso dos órgãos públicos

Os contadores prestadores de serviços sofrem cotidianamente o descaso dos órgãos públicos, cujo tratamento dispensado é de constrangimento devido à burocracia exigida.

Pior, muito pior, é o "atendimento" proporcionado pela Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal do MS (Iagro): além de possuir poucos funcionários, prima pela falta de educação com os empregados dos escritórios contábeis.

Aos contadores, nada de glória ou deslumbramento, mas trabalho, trabalho e muito trabalho. O merecimento e reconhecimento pelo profissionalismo não são veiculados pela mídia.

Adriana Ribeiro de Brito
Escritório de Contabilidade Zé Paulo Ltda.

Simples para empresas contábeis

Acabo de ler o artigo "Esperança para as micro e pequenas empresas" e tomei conhecimento de que novamente ficaremos no aguardo da sanção de lei que autorize os escritórios de contabilidade a se enquadrar no regime do simples federal.

Parabenizo pela determinação e perseverança com que os representantes de nossa classe travaram esta luta e estou torcendo muito para que o presidente da República possa reparar a injustiça que estamos sofrendo desde 1996. Obrigado pelo empenho e pela revista, que nos informa das batalhas travadas em prol de nossa classe.

Gilberto Freitas
Freitas & JC Contabilidade

Medida Provisória nº 275/2005

Como não manifestarmos diante de tanta injustiça vinda por meio de MPs elaboradas por esse desgoverno? A mixórdia de leis criadas e recriadas pelo secretário da Receita Federal, sempre aumentando os impostos e obrigações, criando armadilhas punitivas até sobre níveis ridículos de receitas auferidas.

A tabela do Simples não está corrigida, mas ampliada. Por que, em vez de aumentar os níveis dessa insuportável carga tributária, não pensam em conter custos, como esse absurdo pago por convocação extra e outros custos desnecessários? Basta que essas pessoas, que se dizem nossos representantes, tenham um pouco de sobriedade e competência.

Antonio Carlos Silvestre
Escritório Contábil Silvestre



EXPEDIENTE

A **Revista Fenacon em Serviços** é uma publicação bimestral da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

Conselho Editorial
Diretoria-Executiva

Coordenação Editorial
AP Vídeo e Comunicação
apvideo@uol.com.br
(61) 3223-0043

Redação
Mariana Pereira
Marilda Bezerra

Jornalista Responsável
Marilda Bezerra
Registro Profissional 3678JP – DF

Revisão
Pablo Vilela

Anúncios
Pedro A. de Jesus
Tel.: (11) 3875-0308

Projeto Gráfico
versata.com.br

Diagramação
Daniel Ribeiro/
AP Vídeo e Comunicação

Impressão e Acabamentos
Prol Editora Gráfica

Auditoria de Circulação
Premium Consultoria Contábil Ltda.

Tiragem
50 mil exemplares

A **Revista Fenacon em Serviços** não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas matérias ou artigos assinados. Os anúncios veiculados são de inteira responsabilidade dos anunciantes.

Setor Bancário Norte, quadra 2, bloco F, lote 12, salas 904 a 909
Edifício Via Capital
CEP 70040-000 – Brasília-DF
Telefax: (61) 3327-0002

Home page: www.fenacon.org.br
E-mail: fenacon@fenacon.org.br

MAIS PRODUTIVIDADE, MENOS CUSTO. AGORA É SÓ FAZER AS CONTAS.



HP LASERJET 1020

R\$ 799,00

- Imprime com velocidade de até 15 páginas por minuto em tamanho carta
- Alta qualidade de impressão: 600 x 600 dpi
- Ciclo mensal de 5.000 páginas
- Porta USB 2.0 de alta velocidade
- Escolha a opção de Extensão de Garantia HP para mais 2 anos e atendimento no local (UA181E)*

Você pode produzir e economizar muito mais com as impressoras HP LaserJet. Porque, além de oferecer excelente qualidade de impressão, elas são ágeis e consomem menos suprimentos. São robustas e confiáveis e ainda livram você dos custos operacionais de uma máquina qualquer. Tenha HP LaserJet no seu escritório e veja os negócios andarem mais rápido.



HP LASERJET 1320

R\$ 1.599,00

- Imprime com velocidade de até 22 páginas por minuto em tamanho carta
- Alta qualidade de impressão: 1.200 dpi
- Ciclo mensal de 10.000 páginas
- Porta USB 2.0 e paralela, conexão em rede opcional por meio de servidores HP JetDirect
- Escolha a opção de Extensão de Garantia HP para mais 2 anos e atendimento no local (H5473E)*



HP LASERJET 4250N

R\$ 5.999,00

- Velocidade de impressão em formato carta: 45 ppm
- Alta qualidade de impressão: 1.200 x 1.200 dpi
- 64 MB de memória padrão, expansível até um total de 512 MB
- Pronta para conexão em rede
- Ciclo mensal de 200.000 páginas
- Vários suprimentos e acessórios para a personalização e atualização da impressora
- Conheça também os outros modelos da família de impressoras laser LJ 4250
- Escolha a opção de Extensão de Garantia HP para mais 2 anos e atendimento no local (H5479E)*



HP LASERJET 2420N

R\$ 3.999,00

- Velocidade de impressão em formato carta: 30 ppm
- Alta qualidade de impressão: 1.200 x 1.200 dpi
- 64 MB de memória padrão, expansível até um total de 320 MB
- Pronta para conexão em rede
- Ciclo mensal de 75.000 páginas
- Vários suprimentos e acessórios para a personalização e atualização da impressora
- Conheça os outros modelos da família de impressoras laser LJ 2400
- Escolha a opção de Extensão de Garantia HP para mais 2 anos e atendimento no local (U3791E)*



**Escolha a revenda mais próxima
da sua empresa acessando o site.**

www.hp.com.br/comprar



Vida para as micro e pequenas empresas

DEPOIS DE UMA NEGOCIAÇÃO ÁRDUA, GOVERNO E OPOSIÇÃO CHEGAM A UM CONSENSO SOBRE A LEI GERAL, MAS PROJETO AINDA DEPENDE DE APROVAÇÃO FINAL DO CONGRESSO.



Os micro e pequenos empresários terão de esperar um pouco mais para ver a Lei Geral aprovada pelo Congresso Nacional. O difícil entendimento entre setores que querem os benefícios fiscais previstos na lei e o governo, em especial a Receita Federal, atrasou a votação do projeto no Plenário da Câmara. Depois de negociações árduas, finalmente o projeto encontrou consenso, mas agora a lei não pode ser votada porque medidas provisórias trancam a pauta da Casa. Enquanto isso, as eleições aproximam-se, aumentando o risco de as discussões sobre o assunto perderem a força.

O presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo, afirmou, em entrevista coletiva, que o projeto de lei que institui o chamado Simples Nacional está entre as prioridades da Casa e que deve ser votado em março. O Simples unifica oito tributos federais, estaduais, municipais e previdenciários.

“Assim que a pauta for desobstruída, teremos condições de votar a nova Lei Geral”, afirmou o relator do substitutivo, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR). Segundo ele, a lei cria um ambiente para que as empresas com faturamento de até R\$2,4 milhões por ano tenham uma série de benefícios, entre eles uma tributação especial. “Todos os setores estão incluídos: indústria, comércio e serviços”, garantiu Hauly.

Nos últimos dois meses, a Fenacon trabalhou de forma estratégica para incluir o setor de serviços no Simples. O presidente da Fenacon, Carlos Castro, e o vice-presidente institucional, Valdir Pietrobon, acompanharam de perto as negociações e a tramitação da Lei Geral na Câmara dos Deputados. “A



Carlos Correa, Carlos Castro, Valdir Pietrobon e deputado Múcio Monteiro, líder do PTB

Lei Geral, como está, traz grandes benefícios aos micro e pequenos empresários brasileiros; por isso é importante sua aprovação, mesmo não sendo a proposta ideal”, acredita Carlos Castro.

A proposta não agrada a Receita Federal, que teme perdas na arrecadação previdenciária. Por esse motivo, o órgão inicialmente foi contra a inclusão no Simples de quatro grupos de prestadores de serviço – contabilidade, construção civil, corretor de imóveis, propaganda e marketing – no relatório do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR). Após várias rodadas de negociações, setores como a construção civil e a contabilidade conseguiram ser

Nos últimos dois meses, a Fenacon trabalhou de forma estratégica para incluir o setor de serviços no Simples

incluídos no projeto, porém com algumas ressalvas.

Carlos Castro diz que o governo desconhece o perfil das empresas contábeis, por isso a resistência em incluí-las no Simples. De acordo com ele, das 70 mil empresas de contabilidade, cerca de 80% são pequenas empresas com até cinco funcionários. A possível perda de arrecadação em função da inclusão desse segmento no Simples, acrescenta Castro, poderá ser minimizada com a contribuição de muitas empresas que atuavam na informalidade em função da alta carga tributária e do excesso de burocracia que imperam atualmente.

Na avaliação do consultor de Políticas Públicas do Sebrae, André Spínola, o projeto que será votado pela Câmara é excepcional e trará muitos benefícios aos pequenos e microempresários. “O projeto original era o grande sonho do empreendedor brasileiro, mas tivemos de ceder um pouco para chegarmos a um consenso”, explica Spínola.

MP 275

No final de 2005, o governo editou a Medida Provisória nº 275



Ao centro: Carlos Castro; à esquerda: Bruno Quick, Silvério Crestana, José Tarcísio da Silva e Ricardo Tortorella; à direita: Valdir Pietrobon, André Spínola e Marcelo de Souza e Silva.

para regulamentar a tributação do setor e anunciou as novas regras do Simples. Por meio da MP, as faixas-limite de enquadramento, segundo o faturamento anual, dobraram e foram criadas dez novas alíquotas – uma para micro e nove para pequenas empresas. Com a edição da MP, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as novas regras entraram em vigor automaticamente.

Segundo o Ministério da Fazenda, as medidas representarão perda potencial de arrecadação anual para a União de aproximadamente R\$750 milhões. As regras significam, no entanto, mais receita para a Previdência, pois parcela maior da arrecadação com o Simples será destinada ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em detrimento da Receita Federal. O governo arrecada anualmente com o Simples cerca de R\$10 bilhões.

Os novos limites para o Simples foram inicialmente incluídos pelo Congresso na chamada “MP do Bem” (conjunto de medidas de desoneração de tributos, atual Lei nº 11.196/05). O governo, no entanto, acertou com a oposição tratar do assunto numa outra MP,

na qual estabeleceria também novas alíquotas.

Segundo o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, as novas medidas beneficiarão cerca de 155 mil empresas que sairão da classificação de pequena empresa para ser consideradas microempresas, ou seja, empresas que faturavam entre R\$120 mil e R\$240 mil, pagando impostos como estabelecimentos de pequeno porte, passarão a pagar como microempresa. Outras 24 mil que estão no regime regular de tributação cairão para a faixa de pequenas empresas.

Pelas regras anteriores, eram consideradas microempresas aquelas com receita bruta anual de até R\$120 mil, com três alíquotas distintas (de 3%, 4% e 5%). O limite subiu para

R\$240 mil, mas foi adicionada uma nova alíquota, de 5,4%.

No caso das empresas de pequeno porte, o limite para o enquadramento passa de R\$ 1,2 milhão para R\$2,4 milhões. Havia nove alíquotas, de 5,4% a 8,6%. Foram adicionadas mais nove, com o piso partindo de 5,8% e o teto chegando a 12,6%.

De acordo com cálculos da Receita, as novas faixas-limite de enquadramento representarão economia de 15% a 30% para as empresas. Pelas regras anteriores, uma empresa com faturamento anual bruto de R\$ 200 mil (pequena empresa) pagava aproximadamente R\$10.800 entre impostos e contribuições. Ao ser reclassificada como microempresa, passará a recolher R\$8.820, o que significa uma redução de 18%.

Em paralelo à MP do Simples, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa tramita no Congresso. Entre as diferenças, a Lei Geral inclui tributos estaduais e municipais, enquanto a nova MP trata apenas de tributos de responsabilidade da Receita Federal. Pela Lei Geral, as alíquotas do setor de comércio irão variar de 4% a 11,6%, divididas em 22 faixas.

O governo arrecada anualmente com o Simples cerca de R\$10 bilhões

Campanha da Fenacon

A Fenacon lançou uma campanha em prol da aprovação da Lei Geral. Durante os meses de janeiro e fevereiro, centenas de cartazes pedindo a inclusão do setor de serviços no Simples Nacional foram fixados nas dependências da Câmara. Além disso, a Fenacon também colocou outdoors em pontos estratégicos de Brasília para chamar a atenção dos parlamentares sobre a relevância de se aprovar a matéria.

O presidente da Fenacon, Carlos Castro; o vice-presidente institucional, Valdir Pietrobon; e diretores da federação tiveram reuniões com parlamentares e líderes dos partidos na Câmara dos Deputados. Acompanharam de perto a tramitação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e da

Medida Provisória nº 275/2005, que define os novos limites para a adesão das microempresas e das empresas de pequeno porte ao Simples.

O Sebrae Nacional e a Fenacon continuam mobilizados para que a Lei Geral seja votada ainda em

março. A Fenacon defende que todas as empresas, independentemente do ramo de atividade, sejam incluídas no Simples. Para o presidente da Fenacon, Carlos Castro, a Lei Geral representa a vida para as micro e pequenas empresas brasileiras. ●

SOLUÇÃO CONTÁBIL INTEGRADA ALTERDATA

Softwares Contábeis com as mais avançadas tecnologias e os mais inovadores recursos

BI - Business Intelligence

Em uma consulta você viu, de todas as empresas, funcionários com: atestados e férias vencidas, último reajuste, e muito mais.

Conciliação Bancária Eletrônica

Concilia diretamente através do arquivo do banco

Geração de DCTF

Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais

Balanceiro Dinâmico

Veja no site o saldo das contas por mês de vários meses, podendo inclusive alterar lançamentos.

Integração Cliente x Contador

Envie por e-mail, de dentro do sistema, guias, balancetes, faltas, recibos, etc.

Intercâmbio Eletrônico de Dados - EDI

Metriz e filiais afiliadas a distância com transmissão automática de dados pela Internet

Alterdata Document Center

Disponibiliza documentos, metas e guias para seu cliente via Internet

CRM para Escritórios Contábeis

Facilitando e ampliando o relacionamento com seu cliente



ALTERDATA
TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA

0800-704-1418
www.alterdata.com.br



Páginas - Integrado com seu cliente

Tenha também mais produtividade usando a integração dos sistemas contábeis com outros softwares. Alterdata tem seu escritório ou no seu cliente! **APROVETE!**



AL - Macaíba - AM - Manaus - BA - Feira de Santana; Salvador; Vitória da Conquista - CE - Fortaleza; Itapajá - ES - Cachoeiro de Itapemirim; Linhares; Vitória - GO - Goiânia - MA - São Luís - MG - Belo Horizonte; Juiz de Fora; Uberlândia - MS - Campo Grande - PA - Belém; Castanhal - PB - João Pessoa - PE - Petrolina; Recife - PR - Curitiba - RJ - Angra dos Reis; Araruama; Campos; Duque de Caxias; Macaé; Nova Friburgo; Nova Iguaçu; Petrópolis; Rio de Janeiro; Teresópolis; Volta Redonda - RN - Natal - RS - Lajeado; Passo Fundo; Porto Alegre - SC - Planaltina - SE - Aracaju - SP - Rio Claro; Rio Preto; São Paulo; Sorocaba; Taubaté

• PING•PONG •

Luiz Carlos Hauly**LEI GERAL SERÁ UMA PONTE PARA CRIAÇÃO, NO FUTURO, DE UM SISTEMA TRIBUTÁRIO DE PRIMEIRO MUNDO**

RFS – Após tantas negociações que resultaram em modificações na proposta original do Sebrae, a Lei Geral, se aprovada como está, vai trazer benefícios aos micro e pequenos empresários?

Luiz Carlos Hauly – Sim, ela é uma lei que simplifica, desburocratiza, cria cadastro único, tem uma única alíquota para todos os impostos, permite a participação de pequenos empresários em compras públicas e tem uma fiscalização unificada. Ela será uma ponte segura para, no futuro, criarmos um sistema tributário de primeiro mundo.

RFS – O substitutivo que está pronto para ser votado atende aos objetivos propostos inicialmente pela Lei Geral?

Luiz Carlos Hauly – Fui nomeado relator do PLP nº 210, que veio do Executivo. Esse projeto pretendia incentivar os trabalhadores autônomos, hoje na informalidade, a se tornar empresas. Bem, eu comecei a trabalhar nesse relatório e observei que poderíamos avançar na questão de simplificar ainda mais a vida dos pequenos empresários. Anexei 16 projetos que tramitavam na Casa sobre o tema e ainda aproveitei o anteprojeto apresentado pelo Sebrae. Na verdade, ele foi a espinha dorsal do substitutivo. Não desperdicei nenhuma vantagem, as modificações foram fruto da ampla negociação entre o Legislativo, o Executivo e a sociedade.

RFS – Quais os principais pontos da proposta inicial, apresentada pelo Sebrae, que foram alterados?

Luiz Carlos Hauly – O mais importante foi a redução da faixa de inclusão, pois o Sebrae previa o limite até R\$3,6 milhões. Ficamos em R\$2,4 milhões e criamos faixas para estados.

RFS – Por que a resistência do Governo em incluir o setor de serviços no Simples?



Luiz Carlos Hauly – Já negociamos e o setor está incluído.

RFS – Como foi a negociação com a Receita Federal?

Luiz Carlos Hauly – Foi árdua e exitosa.

RFS – O Governo vai perder arrecadação com a aprovação da Lei Geral?

Luiz Carlos Hauly – Sim, a renúncia fiscal está estimada em R\$5 bilhões, centrada na Receita Federal. Estados, municípios e a Previdência estão ilesos e, em médio prazo, ganharão.

RFS – A lei traz vantagens que podem compensar essas perdas?

Luiz Carlos Hauly – A entrada na formalidade será um importante mecanismo de compensação. Nós estimamos que no primeiro ano a receita bruta gerada pelas novas empresas já compensará esta perda. Todos os estudos que temos disponíveis no País nos levam a esta certeza.

RFS – As negociações terminaram. Oposição e governo chegaram a um consenso, o substitutivo está pronto; quando a Lei Geral será votada?

Luiz Carlos Hauly – Com as medidas provisórias precisando ser votadas antes, creio que votaremos a lei em março.

Um ano de muitas escolhas

José Luciano Dias*

Aeleição de 2006 não trará decisões fáceis e simples ao cidadão brasileiro. Na reeleição de Cardoso, em 1998, tratava-se de preservar ou não a estabilidade; em 2002, de dar ou não uma chance para a oposição governar o País. Diante dessas encruzilhadas bem-definidas, o eleitor tomou seu caminho sem hesitar, dando a reeleição a Cardoso e uma vitória consagradora a Lula. Este ano, não será assim.

Para começar, um governo estará em julgamento, seja Lula candidato ou não à reeleição; um governo que, como qualquer outro, terá conquistas a exibir – certa redução da pobreza, melhoria das contas externas, manutenção da estabilidade – e deficiências a considerar – baixo crescimento, desemprego elevado, renda estagnada. O presidente da República, direta ou indiretamente, perguntará ao eleitor: você está melhor agora do que estava há quatro anos? Quando tudo é considerado, é uma pergunta difícil de responder.

Não é tudo, porém. O ano de 2005 terminou marcado pelo escândalo do “mensalão”, transferências de recursos ilegais a membros dos partidos aliados ao governo Lula. Se o presidente da República sabia ou não sabia, se os pagamentos eram mensais ou não, não importa – a maioria dos brasileiros entendeu exatamente o que se passou. Todos nós estaremos, portanto, diante do mesmo dilema: o uso de recursos ilegais no financiamento de

partidos é uma prática condenável, mas “normal” na vida brasileira.

Por fim, retornarão as perguntas tradicionais de qualquer eleição. Qual o melhor candidato para garantir o futuro do Brasil? O mais competente? O mais honesto? As escolhas não são fáceis e as primeiras pesquisas eleitorais vêm mostrando a dificuldade de escolher. No auge da crise, o presidente Lula perdeu força nas simulações eleitorais, mas bastou a passagem do ano e seu otimismo sazonal para que os candidatos de oposição passassem a viver um momento menos feliz. A campanha de 2006 promete ser intensa e a disputa apertada. Há muito em jogo e, quando a disputa éposta em termos concretos, novas dúvidas surgem: é hora de devolver o poder ao PSDB? É hora de experimentar uma terceira opção, fora do eixo PT-PSDB?

Nesse ambiente turvo e turbulento talvez seja melhor buscar antes critérios do que nomes, fixar os objetivos que julgamos mais importantes para o País e analisar que candidato terá mais condições – políticas, morais, etc. – de conquistá-los.

É possível dizer que, ao longo

A campanha de 2006 promete ser intensa e a disputa apertada



de 2006, um fenômeno importante ganhará ainda mais visibilidade e deverá servir como ponto de partida para a reflexão do eleitor: trata-se da emergência da China como potência econômica, não tanto por causa do país China em particular, mas pelas lições que encerra. A primeira delas é que apenas crescimento econômico resolve os problemas de um país. Sem crescimento, não há impostos, renda, emprego, trabalho, desenvolvimento regional, investimento estrangeiro. A segunda é que pobreza não é obstáculo. Difícil imaginar país mais pobre que a China de vinte anos atrás, no entanto a transição para o crescimento completou-se. Pobreza incluída chama-se, na verdade, trabalhador e mercado consumidor. Por fim, mais do que uma lição, uma advertência: a economia da China há tempos ultrapassou a do Brasil e acaba de ultrapassar a da França e da Inglaterra.

Quem não cresce fica para trás. Não é que fique mais pobre, fica menos importante, menos relevante.

Talvez seja o compromisso com o crescimento um critério interessante a ser levado em conta em um ano como 2006, cheio de escolhas difíceis: em lugar de olhar o passado, olhar o futuro. ●

***José Luciano Dias**
é Cientista Político.

CFC tem uma mulher na presidência

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM ASSUME A PRESIDÊNCIA DO CFC COM O COMPROMISSO DE DAR CONTINUIDADE A PROJETOS IMPORTANTES COMO A EDUCAÇÃO CONTINUADA E O PROGRAMA DE EXCELÊNCIA NA CONTABILIDADE

A contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim foi eleita, em 6 janeiro deste ano, a primeira mulher à presidência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), órgão máximo de registro e fiscalização da profissão contábil em todo o Brasil. A eleição de Maria Clara representa um marco na história da entidade que, em abril de 2006, completa 60 anos de criação.

Alagoana de União dos Palmares, Maria Clara formou-se em Contabilidade em 1987, ocasião em que começou a militar na profissão. Quase dez anos depois, em 1996, iniciou uma trajetória de sucesso no sistema CFC/CRCs, quando assumiu a vice-presidência do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (CRCAL).

Dois anos depois, Maria Clara assumia a presidência do CRCAL, uma posição que a qualificou para, após quatro anos de mandato, ser eleita inicialmente conselheira suplente do CFC (2002/2003). Sua dedicação e comprometimento com a classe contábil levaram-na a assumir, em 2002, a presidência da Fundação Brasileira de Contabilidade e, certamente, como reconhecimento ao seu trabalho, em 2004, foi eleita a conselheira efetiva do CFC.

Após dez anos de atuação no sistema CFC/CRCs, Maria Clara chega à presidência do Conselho Federal com o compromisso de dar continuidade aos grandes projetos da entidade, iniciados na gestão do saudoso contador Ivan Carlos

Gatti, como a educação continuada, que tem-se consolidado a cada gestão.

Maria Clara Cavalcante Bugarim é contadora, administradora e bacharel em Direito, pós-graduada em Auditoria, mestre em Contabilidade e doutoranda em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Antes de sua projeção nacional, Maria Clara foi uma profissional de destaque em

seu estado. Aos 27 anos, assumiu a Diretoria de Contabilidade e Finanças do Instituto Alagoano de Previdência e Assistência Social (Ipaseal) e, em 1991, foi nomeada auditora-geral do estado.

Para a *Revista Fenacon em Serviços*, Maria Clara fala dos desafios que enfrenta como presidente do Conselho Federal de Contabilidade e dos principais projetos de sua gestão.



Revista Fenacon em Serviços

– Em primeiro lugar, como a senhora se sente sendo a primeira mulher a assumir a presidência do Conselho Federal de Contabilidade, entidade máxima de fiscalização e normatização da profissão contábil no Brasil?

Maria Clara – Sinto-me orgulhosa. Tenho plena consciência da enorme responsabilidade que estou assumindo, principalmente por ser a primeira mulher a assumir a presidência do CFC, após 60 anos de sua criação. Sinto-me motivada e comprometida a desenvolver esforços na busca de resultados que sejam condizentes com o desafio de assumir tão significante missão.

RFS – Assumir esse cargo lhe traz algum tipo de desafio?

Maria Clara – Com certeza, pois trata-se de uma entidade que representa mais de 380 mil profissionais da contabilidade, tendo como histórico a luta pelo ideal de trabalhar pelo desenvolvimento de nosso país. Trata-se de uma profissão que traz consigo, entre tantas outras virtudes, o condão de mensurar as

Tenho plena consciência da enorme responsabilidade que estou assumindo

riquezas, requisito indispensável a qualquer modelo de gestão – seja no âmbito privado ou público. Assim, um dos desafios que teremos de enfrentar é tornar perceptível à sociedade de uma forma geral o papel social da ciência contábil. Lembro, ainda, que a profissão contábil é uma das profissões mais respeitadas na atualidade. Tenho a certeza de que não desapontarei aqueles que a mim confiaram tão importante missão que é dirigir o Conselho Federal de Contabilidade.

RFS – O CFC, nos últimos 15 anos, desde a gestão do presidente Ivan Carlos Gatti, passou a ter uma atuação mais dinâmica, com uma participação nas discussões das

questões nacionais como a reforma tributária, por exemplo. A senhora pretende dar continuidade a esse trabalho?

Maria Clara – Sim. O Conselho Federal de Contabilidade cresceu qualitativamente nos últimos anos. A figura do contabilista representada pelo contador e pelo técnico em contabilidade não é mais caracterizada apenas como um executor de trabalho. Hoje o profissional da contabilidade exerce influência nos atos de gestão e age em prol dos interesses da sociedade, junto às esferas de governo municipal, estadual e federal, inclusive no que diz respeito à reforma tributária, ou seja, ser contabilista hoje representa também ser mais participativo nas questões de interesse nacional; e o CFC está atento a toda essa evolução e, com certeza, dará continuidade a esse trabalho que é de muita importância.

RFS – Quais são os principais projetos que a senhora pretende desenvolver em sua gestão?

Maria Clara – São muitos os projetos desenvolvidos pelo Conselho Federal de Contabilidade. Citarei alguns, contidos em três programas que considero especiais:



FISCO Soft On Line

Informações Fiscais e Legais na Internet

Acesso Gratuito
por 7 dias!

www.fiscosoft.com.br/fenacon



Fone: (11) 3214-5800

Programa de Educação Continuada, Programa de Excelência na Contabilidade e Programa de Fiscalização.

– O Programa de Educação Continuada traz como escopo a fiscalização preventiva, protegendo a sociedade e valorizando os profissionais com a melhoria na qualificação e desempenho das suas funções, destacando-se o projeto Contabilizando o Sucesso, que desde a sua implantação capacitou e formou mais de 1.668 alunos, transferindo-lhes conhecimento e tecnologia compatíveis ao exercício profissional moderno, com foco em um modelo voltado à assessoria de gestão, preparando esses profissionais para se tornarem verdadeiros consultores e terem participação efetiva na tomada de decisão nas organizações para as quais trabalham.

– Em relação ao Programa Excelência na Contabilidade, que inicialmente tinha como principal objetivo o incentivo aos cursos de especialização, daremos ênfase à implementação dos cursos de mestrado e doutorado. O curso de pós-graduação *lato sensu*, desde a sua implementação, em 1994, especializou cerca de 3.700 profissionais. Da mesma forma, o curso de pós-graduação *stricto sensu*, iniciado em 1997, já formou 331 mestres em Contabilidade.

Cito ainda o projeto de educação à distância, com que, por meio de convênio com instituições de ensino, pretendemos graduar, inicialmente, cerca de 5.300 técnicos em contabilidade.

– O Programa de Fiscalização Nacional integra a finalidade institucional precípua, que é a Fiscalização do Exercício Profissional. Assim, pretendemos promover o recadastramento nacional dos profissionais, no qual buscaremos a emissão das novas carteiras de identidade do contabilista e concomitante certificação digital; realizaremos um

projeto de pesquisa nacional, para traçar o perfil do contabilista na atualidade; e estamos estudando a possibilidade de criar a Anotação de Responsabilidade Técnica do Contabilista, documento que será de emissão obrigatória por todos que tiverem a seu cargo a responsabilidade técnica pela execução de serviços contábeis.

– Não poderia deixar de citar aqui o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem como objetivo discutir, analisar e sugerir a emissão de normas contábeis, com vistas a ser utilizadas por todos os contabilistas, inclusive naquelas atividades regulamentadas por órgãos como CVM, Banco Central, agências de regulação, entre outros.

RFS – Em sua gestão, há previsão de o CFC desenvolver projetos em parceria com outras entidades representativas do setor contábil brasileiro, como a Fenacon, por exemplo?

Maria Clara – Sim. No mundo atual as parcerias são indispensáveis no que tange ao alcance da efetividade dos projetos desenvolvidos. Nesse aspecto, entendemos ser necessário estreitar, ainda mais, os laços com as entidades que são parceiras tradicionais do sistema CFC/CRCs. E a Fenacon destaca-se como uma das principais parceiras.

RFS – Na sua opinião, qual o principal desafio ou problema que os profissionais da contabilidade enfrentam atualmente?

O principal desafio enfrentado pelos profissionais é o reconhecimento por parte da sociedade brasileira



Maria Clara – Entendo que o principal desafio enfrentado pelos profissionais é o reconhecimento por parte da sociedade brasileira, no que tange à utilização das informações contábeis como suporte indispensável na tomada de decisão nas organizações de uma maneira geral e para tal é necessário um esforço constante na busca e utilização de tecnologias condizentes com as necessidades corporativas atuais, principalmente com as novas tecnologias de informação.

RFS – De alguma forma o CFC pode contribuir para ajudar os contabilistas a superar esse desafio?

Maria Clara – O CFC não tem medido esforços nesse sentido. Exemplo disso são os projetos desenvolvidos com objetivo de capacitação profissional dos contabilistas.

RFS – Caso seja aprovada a lei que regulamenta o Exame de Suficiência para os contabilistas, a senhora acha que essa lei pode mudar o trabalho de fiscalização da

profissão contábil?

Maria Clara – Foi realizado um trabalho profícuo com a Câmara e Senado Federal. Conseguimos êxito naquelas duas casas; mas, infelizmente, para surpresa nossa, deparamos com um veto do presidente da República. Neste meu mandato não medirei esforços para reverter essa situação, pois o Exame de Suficiência tem como principal objetivo disponibilizar à sociedade uma mão-de-obra mais bem qualificada, que certamente contribuirá para a mudança do perfil da fiscalização da profissão contábil.

RFS – Na sua gestão, o CFC pretende continuar com o Programa de Educação Continuada?

Maria Clara – A educação continuada é uma das âncoras no caminho à excelência profissional.

A educação continuada é uma das âncoras no caminho à excelência profissional

Assim, pretendo executar com muito zelo todos os projetos que compõem o Programa de Educação Continuada.

RFS – O CFC, em sua gestão, pretende de alguma forma monitorar a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis oferecidos no Brasil?

Maria Clara – O papel institucional do CFC é registrar e fiscalizar o exercício da profissão

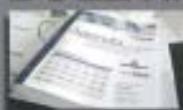
contábil no Brasil. Para tal, temos procurado trilhar caminhos que nos levem à excelência profissional, que resultem em atividades desenvolvidas com ética, responsabilidade e transparência.

Assim, entendo que a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis é fundamental no alcance dos nossos objetivos, porém cabe ao Ministério da Educação tal papel e a nós atuar como colaboradores, oferecendo subsídios que possam contribuir na melhor formação do futuro profissional de contabilidade, como é o caso dos dados estatísticos referentes aos Exames de Suficiência realizados, que certamente servirão como parâmetro na medida de qualidade das centenas de cursos de Ciências Contábeis oferecidos neste vasto e belo país. ●

Soluções

- ◆ Folha de Pagamento
- ◆ Escrita Fiscal + Impostos + Livro Caixa
- ◆ Contabilidade + LALUR + Ativo
- ◆ Administrador de Escritório Contábil + Financeiro + Cálculo de Impostos em Atraso
- ◆ Gerenciador de Ponto
- ◆ Relógio Ponto com Biometria (impressão digital ou crachá)
- ◆ Gerenciador Eletrônico de Documentos
- ◆ Faturamento
- ◆ Financeiro
- ◆ Estoque

BOLETIM Cenofisco/Folhamatic



Disponível nos Estados

São Paulo
Rio de Janeiro

Paraná
Rio Grande do Sul

- Consultoria especializada, sem limites
- Boletim Impresso - semanal
- Acesso limitado ao banco de dados On-line
- Agenda Mensal de Obrigações Fiscais e Tabelas Práticas

Estamos credenciando representantes

Supor-te
Técnico

SP: Americana, São Paulo, Ribeirão Preto, Santos, São José dos Campos / PR: Curitiba / RJ: Rio de Janeiro / RS: Porto Alegre



FOLHAMATIC
TECNOLOGIA EM SISTEMAS

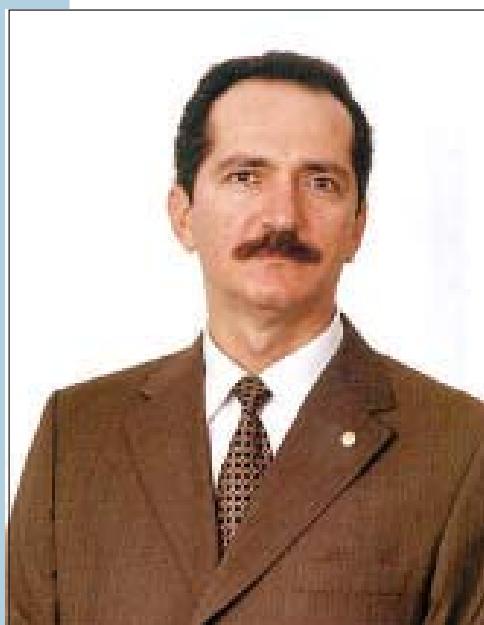


- O maior suporte técnico
- Atualização automática - semelhante ao windows update
- Video-Treinamento
- Suporte Técnico até as 19h00*
- Suporte Técnico On-line (Talkmatic)
- Relatórios e guias via e-mail
- Treinamento gratuito
- Todos os sistemas integrados

* Sistema Folhamatic (Folha de Pagamento)

Vendas - 0800 015 4400





Por ser um ano de eleições, 2006 será a tribuna de programas e debates. Ao contrário da previsão de que o calendário eleitoral levará a um período improdutivo, a voz das urnas exigirá pujança num momento em que os grandes temas nacionais vêm a público para que o eleitor forme a opinião e escolha os candidatos. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados é uma vitrine em que há importantes assuntos em análise.

A questão do desenvolvimento econômico e social, já em debate efervescente, deverá ganhar ainda mais espaço quando entrar em discussão a política econômica, a taxa de juros, o câmbio e o desemprego. O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, tem razão quando aponta a necessidade de conhecermos melhor a associação entre crescimento do Produto Interno Bruto e a inflação. Só com este debate poderemos sair do círculo vicioso do baixo crescimento. Se ficarmos na observação do automatismo desta relação, corremos o risco de tomar medidas que inibem o desenvolvimento e não a alta dos

2006: um ano estratégico

Aldo Rebelo*

preços. De um lado e de outro, os apoiadores e críticos do atual sistema devem aprofundar seus estudos e aperfeiçoar o nosso sistema econômico e permitir a volta de um crescimento robusto que permita remover as desigualdades regionais e sociais que assolam o País. Estes temas que galvanizam setores organizados da sociedade, cada qual com peculiares interpretações e propostas de mudanças, muitas vezes antagônicas, precisam de um foro como o Parlamento para organizar as forças e as idéias.

Veja-se o difícil caso da reforma tributária. Quando se trata desse assunto, sobressaem a necessidade de simplificação do sistema, redução do número de impostos e de alíquotas, equidade na distribuição da arrecadação, desoneração das empresas; mas, em geral, não se descontinam os efeitos sociais dessas medidas. As mudanças

devem apontar para a melhora do padrão de vida do nosso povo, mediante distribuição de renda, que levará à redução das enormes desigualdades que caracterizam o Brasil. Este objetivo deve ser nossa prioridade número um.

Dos pactos que o Congresso é encarregado de organizar, o da reforma tributária é um dos mais difíceis. A organização federativa do Brasil dá a cada unidade autonomia relativa para legislar acerca de tributos, levando ao ponto de termos 27 regulamentos diferentes para um único imposto, o ICMS. Votando as mudanças por partes, de forma fatiada como se diz no jargão da Câmara, já obtivemos o suado consenso de reduzir as alíquotas em vigor no País para apenas cinco, das quais a mais baixa será a da cesta básica e dos medicamentos essenciais.

Ao mesmo tempo, trabalhamos para aumentar de 22,5% para 23,5% o repasse ao Fundo de Participação dos Municípios de parte de tributos arrecadados pela União. Este é outro ponto de discordia, pois há uma constante queixa de estados e municípios de que a União retém nada menos que 60% dos impostos que arrecada, sem nada repassar das contribuições.

Avançamos muito para resolver problemas; mas, quando se discutem interesses, é compreensível o baixo espírito de renúncia. Freqüentemente, as discussões passam ao largo das ideologias e dos programas. O

As mudanças devem apontar para a melhora do padrão de vida do nosso povo, mediante distribuição de renda

problema da guerra fiscal, por exemplo, opõe estados governados pelo mesmo partido.

O importante é que a Câmara é um espaço nobre para o debate. As comissões especializadas da Casa ouvem exaustivamente quem se organiza para opinar e influir e não deixam de levar em conta as críticas e sugestões dos especialistas com conhecimento prático ou acadêmico. Eça no Congresso o rico debate acerca da relação entre imposto alto e sonegação, imposto menor e maior arrecadação. Tome-se o caso do ICMS cobrado às torrefadoras de café de São Paulo, que, ao baixar de 18% para 7%, elevou a receita, pois inibiu a sonegação ao acomodar-se num patamar considerado justo pelos

geradores do tributo.

É de se ponderar, no entanto, que o Parlamento tem aprovado muitas reduções e isenções de tributos e contribuições, beneficiando isoladamente setores que se fazem ouvir, mas se trata mesmo é de tomar medidas que beneficiem o conjunto da Nação. Não há dúvida de que, num e noutro caso, a população aplaudiria ajustes, como na tabela do imposto de renda dos trabalhadores. O assalariado chega a pagar mais imposto sobre a renda do que grandes empresas, pois elas dispõem de numerosos mecanismos de isenção e abatimento.

Examinamos com atenção muitas propostas de mudança, inclusive a da Fenacon de ser

adotada uma alíquota universal de 10%. A Comissão Especial de Reforma Tributária também considera a possibilidade de serem aumentadas as faixas de cobrança de impostos, para uma incidência diferente nas diversas grades salariais.

A despeito das dificuldades, vamos trabalhar dobrado para que a Câmara dos Deputados dê continuidade em 2006 à sua tarefa maior de encaminhar soluções para os graves problemas do Brasil. É isso que o País deseja, é isso que vamos fazer neste ano estratégico de 2006. ●

***Aldo Rebelo (PCdoB-SP)**
é presidente da Câmara dos Deputados.

Caminhe com a Mastermaq.

Confiança, relacionamento, crescimento.

Nossa caminhada sempre foi desenvolver Sistemas para organizações contábeis e micro e pequenas empresas. Há algum tempo começamos a percorrer novos caminhos e passamos a elaborar sites profissionais, tornando possível a inclusão de milhares de empresas no mundo virtual.

Agora, além das soluções para as empresas, visamos o desenvolvimento profissional, organizando eventos empresariais no intuito de levar informações e possibilitar a troca de experiências entre os participantes.

O resultado do nosso trabalho são mais de 28 000 clientes que têm a oportunidade de assistir a palestras gratuitas em suas cidades ou próximo a elas e também demais profissionais interessados que estão sempre presentes.

IMPULSIONAR e VALORIZAR o trabalho de milhares de profissionais oferecendo condições favoráveis de desenvolvimento e crescimento sustentável do negócio.

Assim é a Mastermaq. Simplificando ações, inspirando decisões.

Conheça a Mastermaq e caminhe conosco:

www.mastermaq.com.br - (31) 2122-6410/ 0800 786 200





Perspectivas econômicas de 2006

Luiz Guilherme Piva*

Desde o início, o governo Lula tem obtido resultados fracos no que toca ao crescimento econômico. No primeiro ano a opção pela elevação dos juros e pela geração de elevados superávits primários se justificou pelas incertezas que rondavam a posse do presidente petista e pela necessidade de o novo governo espraiar confiança entre os agentes e analistas econômicos.

A demora em sair dessa opção resultou em crescimento quase nulo em 2003. A redução dos juros começou em meados do ano e durou até agosto de 2004. A economia reagiu e mostrou vigor a partir da metade do segundo ano do governo: o PIB cresceu quase 5%, mas a equipe econômica, temendo a volta da inflação, retomou a elevação dos juros e só começou nova, lenta e pequena redução em setembro de 2005.

No final de 2004 o IPCA acumulado era de 7,6%, contra 9,3% de 2003: uma vitória, mesmo com a economia crescendo quase 5% e havendo pressões no atacado e nos preços do petróleo. Análises mais atentas ao conjunto da economia forneceriam elementos para que a meta realista da inflação

em 2005, que não exigisse juros reais muito altos e preservasse o dinamismo da atividade econômica, pudesse ser em torno de 6%. E seria uma nova vitória na luta inegavelmente prioritária contra a inflação.

Mas o Conselho Monetário Nacional – integrado apenas pelos ministros da Fazenda e do Planejamento e pelo presidente do Banco Central – decidiu que a meta inflacionária para 2005 deveria ser de 4,5%, depois informalmente aumentada para 5,1%. Para chegar a esse patamar, os juros reais atravessaram o ano em torno de 14% e chegaram a dezembro acima de 12%.

Não surpreende, portanto, o desempenho medíocre em 2005: a variação do PIB foi inferior a 3%. Considerando-se as condições de controle inflacionário, de ausência de turbulências externas e de baixa dos preços do atacado – que sempre prenunciam em grande parte os índices do varejo –, é um

ano desperdiçado. Comparando-se com outras economias, vemos o quanto estamos perdendo terreno. A economia mundial deve crescer de 3,5% a 4%. China e Índia crescerão mais de 6% e Argentina e Chile devem superar com folga os 5%.

A questão dos juros

O principal responsável por esse desempenho medíocre é a taxa de juros (Selic). É inegável, porém, que o objetivo da política monetária, reduzir a inflação, foi atingido. No ano o IPCA foi de 5,6%. O IGP-M ficou perto de 2%.

O problema é o custo que essa redução inflacionária acarretou para a atividade econômica. É de se perguntar, então, por que o governo pratica juros tão altos, já que o ônus é elevado não só na produção mas também no câmbio (que se valoriza e diminui ganhos na exportação) e no encargo de financiar a dívida pública.

O governo paga juros elevados para atrair capital e financiar a sua dívida, que hoje é de 51% do PIB – era de 30% no início (1995) e de quase 60% no final (2003) do governo FHC. Os financiadores dessa dívida só aceitam continuar comprando os títulos do governo se receberem juros reais elevados. E mais: exigem demonstração de que o governo gera recursos suficientes para pagá-los. A geração de recursos é o superávit primário, que é o saldo entre receitas e despesas do governo.

O problema é o custo que essa redução inflacionária acarretou para a atividade econômica

O problema é que superávits primários elevados significam extrair recursos da sociedade (carga tributária, que vem crescendo) e não injetar recursos públicos na economia. Isso desaquece a atividade econômica. E juros altos têm o mesmo resultado. Além do mais, se os juros são muito elevados, o que se paga de encargo financeiro é mais do que se economiza no resultado primário, o que significa que a dívida seguirá aumentando se o PIB não crescer.

Mas sempre é bom relembrar que, se não houver geração de riqueza, dificilmente a confiança do investidor será sustentável. Ele precisará sempre ser tratado com o leite e o mel dos juros elevados – que cada vez mais nos afastam de tentar obter os requisitos que nos faltam – para que não fuja ao menor risco.

Perspectivas para 2006

Mas há razões para otimismo em 2006. A inflação é baixa e não sofre pressões de alta, a liquidez internacional continua abundante e não há sinais de que encolherá, os resultados fiscais são saudáveis e os superávits externos são positivos; mas temos de voltar ao tema dos juros e da inflação. Esta é a questão fundamental para as perspectivas de 2006.

Em setembro foram retomadas as reduções da Selic. Graduais e tímidas, são reduções, porém, que deverão ter efeito muito positivo em 2006, se forem mantidas e até ampliadas. Há condições para tal. A inflação projetada por todos os analistas e atores econômicos é de cerca de 4,5%. Para reduzir os atuais juros reais de mais de 12% para cerca de 8%, precisamos trazer a Selic dos atuais 18% para 13% ao ano. Perfeitamente factível: são cinco pontos percentuais em doze meses, ou seja, na média, menos do que as reduções de meio ponto

percentual ao mês que têm sido adotadas.

Este panorama nos faz crer que o PIB pode crescer pelo menos 5% em 2006 e que podemos ter superávits primários mais próximos da meta de 4,25% do que dos atuais 5% do PIB e, ainda assim, combinados com juros menores, obter redução no montante da dívida pública dos atuais 51% para cerca de 48% do PIB.

Quanto ao câmbio, dada a mudança nos juros internos, mas mantidos o quadro internacional e

Quanto ao setor de serviços, de modo geral, e ao representado pela Fenacon, em particular, as expectativas são otimistas

a entrada de dólares, a desvalorização do real deve ser moderada, talvez chegando à cotação aproximada de R\$2,60. Isso permite reverter a tendência mais recente de perdas nas exportações sem criar grande pressão inflacionária, mas manterá atrativas e baratas as importações e difícil o mercado exportador para alguns setores. No final, o saldo externo deve cair em relação a 2005, mas manter-se em boa dimensão, acima de US\$30 bilhões. Este é um jogo que vai definir, em parte, perdedores e ganhadores importantes no mercado brasileiro em 2006 e os nichos em que os negócios estarão crescendo ou encolhendo.

Por último, o panorama otimista do fim do mandato de Lula abriga o advento dos primeiros grandes

projetos de PPP no setor de transportes e logística. Os grandes investidores estão razoavelmente preparados e informados, a legislação e os marcos institucionais são avançados (com exceções, sobretudo no mercado de capitais), há demanda e viabilidade suficientes – em resumo: a redução dos juros, ou antes a certeza de que os juros futuros serão sustentadamente menores do que os atuais, traz a motivação que falta para o deslanche dos programas de investimento.

Quanto ao setor de serviços, de modo geral, e ao representado pela Fenacon, em particular, as expectativas são otimistas no quadro citado. Todo crescimento econômico gera expansão e surgimento de empresas, o que cria e eleva as demandas por insumos, mão-de-obra, serviços especializados e programas de investimentos.

Isso vale tanto para as pequenas e médias empresas, que tendem a se profissionalizar cada vez mais e muitas vezes a adotar práticas que em dado momento eram supridas de forma precária ou mesmo informal, quanto para as grandes empresas, que crescentemente têm de demonstrar transparência e confiança para consumidores, parceiros e investidores.

Fica ampliado, por outro lado, o desafio aos profissionais cuja demanda cresce nesses momentos: a contínua qualificação educacional e técnica na prestação de seus serviços é que determinará o quanto eles poderão usufruir lucrativa e duradouramente do crescimento econômico. ●

***Luiz Guilherme Piva é economista-chefe e diretor de finanças da BDO Trevisan e professor da Trevisan Escola de Negócios.**

Projeto Redesim chega à Câmara

O Projeto Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim) foi enviado ao Congresso Nacional no dia 19 de janeiro deste ano pelo Executivo. Além de criar a Redesim, o projeto prevê a integração do trabalho dos órgãos envolvidos no registro e legalização de empresas.

Pesquisas realizadas nos últimos anos em cerca de 130 países pelo Banco Mundial mostram o quanto os brasileiros sofrem com a burocracia para abertura e fechamento de empresas. Aqui são necessários, em média, 152 dias para se abrir uma empresa. É mais que o dobro do tempo que gastam empreendedores da Argentina (espera de 62 dias), México (51) e Chile (28). A comparação com países desenvolvidos é de causar espanto: nos Estados Unidos, bastam 4 dias para se abrir uma empresa; na Austrália, apenas 2. A meta do governo é reduzir o prazo para 15 dias. Por isso, a discussão e a votação desse projeto são urgentes.

Para falar na criação da Redesim, a *Revista Fenacon em Serviços* ouviu o diretor do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), Luiz Fernando Antonio.

Revista Fenacon em Serviços
Quais os principais benefícios que a Redesim pode trazer para os empresários brasileiros?

Luiz Fernando – O projeto Redesim é um plano desenvolvido com a participação de várias entidades governamentais e não-governamentais, como, por exemplo: USP, Fenacon, CNI, CNC e diversos ministérios, como Fazenda, Agricultura, Saúde, etc., coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por meio do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC). Os objetivos basicamente são: criação de uma entrada única de dados e documentos que evitará a multiplicidade de exigência documental por parte dos integrantes da Redesim; não condicionamento da inscrição, alteração e fechamento de empresas à comprovação da regularidade fiscal delas mesmas, de seus sócios e das empresas das quais eles participem; disponibilização, na rede mundial

de computadores, de um portal do registro e legalização de empresas, onde se possam obter informações e serviços inerentes ao processo, de forma organizada e integrada; compatibilização e integração de procedimentos entre os órgãos e entidades integrantes da Redesim, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo; e emissão de alvará condicionado para que a empresa possa funcionar logo após ser dada a entrada de seu processo de constituição na Junta Comercial.

RFS – Como vai funcionar na prática a Redesim?

Luiz Fernando – A Redesim deverá integrar, por meio de sistemas, aproveitando suas bases de dados, todos os anuentes para aprovação de inscrição, alterações e fechamento, etc. das empresas. A meta é montar uma única entrada de dados (que será a Junta Comercial) e sem exigências peculiares de cada órgão, evitando também a multiplicidade de solicitações de documentos e exigências, uma vez



que os órgãos envolvidos no registro e legalização de empresas trabalharão de forma integrada. Será institucionalizada e disseminada a Central de Atendimento Empresarial Fácil. Será criado um sistema informatizado para orientação dos empreendedores, incluindo as consultas prévias e acompanhamento de processos. Quando a Redesim ou a integração dos sistemas estiverem implementada, conforme estamos prevendo, inúmeras tarefas que hoje são realizadas por terceiros serão eliminadas.

RFS – A criação da Redesim pretende resolver, ou pelo menos dar um bom avanço, na questão da burocracia para abertura, manutenção e fechamento de empresas?

Luiz Fernando – Todas as ações têm esse foco, porque o projeto visa à simplificação e racionalização do processo de registro e de legalização de empresas; à redução de custos e

prazos; à redução de retrabalho do cliente e dos órgãos envolvidos; ao aumento da eficiência e eficácia dos órgãos fiscais; e ainda ao aumento da satisfação do cliente no seu relacionamento com os órgãos públicos. Nossa objetivo é conseguir nacionalmente que as empresas no Brasil possam ser abertas e tenham condições de operacionalidade num prazo inferior a 15 dias da solicitação. No ano de 2005, segundo levantamentos do DNRC, foram abertas no País aproximadamente 530 mil empresas, gerando muitos novos empregos. Se conseguirmos ampliar a quantidade de empresas formais, haverá geração de novos empregos, novas oportunidades em diversos setores da economia e melhor distribuição de renda em todo o País.

RFS – Esse projeto de lei não vai conflitar com a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas?

Luiz Fernando – O projeto Redesim não conflita com o Projeto de Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas porque, inclusive, é um complemento de atribuições que visam a fortalecer principalmente as pequenas e médias empresas, que correspondem a aproximadamente 97,5% do universo empresarial. O

**Ao ampliar a
quantidade
de empresas
formais, haverá
geração de
novos empregos**

projeto para micro e pequenas empresas está como prioritário no Congresso Nacional, vem sendo acompanhado pelo ministério e deverá ser aprovado em um curto espaço de tempo.

RFS – O projeto de lei prevê a criação de um comitê gestor. Como vai funcionar esse comitê e quais entidades vão fazer parte dele?

Luiz Fernando – O comitê gestor será composto obrigatoriamente por órgãos federais e voluntariamente, por adesão, mediante consórcio, para órgãos, autoridades e entidades não federais com competências e atribuições vinculadas aos assuntos de interesse da Redesim. Sua composição, estrutura e funcionamento serão definidos em regulamento. ●



**empresa de
contabilidade**

100% inteligente



EXACTUS
SOFTWARE

VB + C++ + SQL server

Folha de Pagamento
Contabilidade Gerencial
Gerenciador de Escritório
Controle Patrimonial
Escrita Fiscal

For Windows



Gestão para Assistências Técnicas
Gestão para Empresas de Ônibus
Gestão para Holdings
Gestão para Faculdades e Escolas
Gestão para Transportadoras
Gestão para Farmácias
Gestão para Empresas de Contabilidade
Gestão para Hospitais
Gestão para Imobiliárias
Gestão para Construtoras
Gestão para Comércio Atacadista
Gestão para Indústrias (EXP/IMP E PDI)
Gestão para Postos de Combustíveis
Gestão para Avícolas
Gestão para Lojas
Gestão para Supermercados

Uma empresa de contabilidade completa precisa internamente dos softwares de Contabilidade, Folha, Livros Fiscais, Controle Patrimonial, Gerenciador de Escritórios e Cálculo de Tributos. Este escritório, assim informatizado, necessita interligar-se aos seus clientes através de módulos captadores, que executam nos próprios clientes o Faturamento, ECF, Contas a Receber, Contas a Pagar, Gerenciador Financeiro, Caixa e Bancos e Controle de Estoques.

Através dos captadores o escritório importa estes dados via Internet, e os transforma automaticamente em Contabilidade e Livros Fiscais. Nesta interligação ganham os clientes e o escritório, passando a ser um a extensão do outro. O Escritório Inteligente, passo a passo, vai se tornando 100% informatizado, 100% interligado e 100% sem papel, buscando maximizar eficiência. Tudo isso sua empresa encontra na Exactus Software.

CONTEM CONOSCO
0800 400 6001-43 3372 7000
www.exactus.com.br

**A Exactus transforma
a informatização
da sua Empresa**






Há espaço para gentileza

Paulo de Tarço da Silva*

O espaço de trabalho não é mais o mesmo. As transformações no mundo do trabalho trouxeram a reboque mudanças nas relações trabalhistas, alterações na forma como os empregados e os patrões se relacionam: de um padrão francamente paternalista para um padrão profissional no qual os papéis são claramente identificados, as expectativas pactuadas semanalmente, metas estabelecidas, relações impessoais, comportamentos balizados por rígidos códigos de conduta e a demissão uma possibilidade cotidiana, ditada pela competitividade e pelo comportamento do mercado.

A profissionalização das relações de trabalho trouxe como aspecto positivo a demarcação entre o que é do domínio privado e o que é do domínio profissional, evitando abusos gerados pelo excesso de confiança. Liberou o empregado, em tese, para exercer maior autonomia sobre sua vida produtiva e para gerenciar adequadamente sua carreira. O compromisso do empregado passou a ser com sua carreira e não mais com a empresa ou com o chefe.

O impacto dessa mudança ocasionou, em seu aspecto negativo, o acirramento da competição nos espaços de trabalho, o aumento das cobranças por resultados, o estabelecimento de metas de curto

prazo. Aumentou-se o volume de trabalho por empregado, a percepção de sobrecarga e estresse e a falta de suporte ao desempenho, referente aos recursos que a empresa oferece para que o empregado desempenhe bem suas atribuições e pelo incentivo e apoio da chefia.

Questões como Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) começaram a surgir em revistas de administração. Instalou-se o mal-estar no mundo do trabalho: pressão por meta, pressão por resultado, pressão por emprego, competição. As relações tornaram-se frias, tensas, burocráticas.

O mercado exige: as metas devem ser cumpridas, a competitividade mantida, o controle exercido, a eficiência alcançada a qualquer custo. E qual o preço?

Nunca se falou tanto em assédio moral, no qual chefes humilham seus empregados, na busca frenética por desempenho, resultado. Nunca se falou tanto em assédio sexual, no qual os chefes ou colegas em situação de poder impõem constrangimentos a outros colegas ou chefiados. As relações entre patrões e empregados se deterioraram.

Todo esse contexto está, em

**A gentileza
não pressupõe
submissão, falta de
pulso, liberalidade
exagerada**

muitas empresas, transformando o mundo do trabalho em um local asséptico, limpo, cheio de clichês, nos quais se valorizam as relações impessoais, cordiais e distantes, de modo a que não haja espaço para comportamentos de abuso. Os códigos de conduta rezam que as pessoas devem ser diretas e objetivas. A prática mostra, no entanto, que as pessoas – empregados e patrões – estão ficando burocráticas, frias e distantes e as relações ríspidas, mesmo em pequenas empresas.

Eficiência, objetividade e resultado não têm nada a ver com aspereza, impessoalidade e frieza. Há espaço para, nesse contexto competitivo, as pessoas se respeitarem profissionalmente e, ao mesmo tempo, se relacionarem com cordialidade e com gentileza. A gentileza não pressupõe submissão, falta de pulso, liberalidade exagerada. Pressupõe, sim, respeito às diferenças, compreensão, cordialidade, tolerância e sensibilidade para perceber os limites físicos e psicológicos das pessoas.

O fenômeno da competitividade é irreversível. Teremos de ser, cada vez mais, profissionais. Para que possamos ser eficientes é fundamental que se estabeleça um ambiente que propicie altos índices de produtividade aliado à saúde e ao bemestar das pessoas. Um bom começo é a adoção de uma nova ética no trabalho, pautada na tolerância, no respeito e na gentileza. ●

*Paulo de Tarço da Silva é psicólogo organizacional e consultor em gestão de pessoas.

Terceirização responsável

Ulisses Carraro*

A crescente necessidade da indústria, do comércio e das empresas de serviços em aprimorar a atividade principal de seus negócios cria um ambiente extremamente favorável à terceirização no Brasil. Trata-se de um caminho irreversível e fundamental para a modernização das companhias privadas e públicas do País.

O aumento da competitividade em diferentes setores da economia faz que as empresas especializadas em terceirizar mão-de-obra despontem como uma importante ferramenta. Em áreas que exigem mão-de-obra extremamente qualificada, como em empresas de telefonia, distribuição de energia, serviços financeiros, exploração de petróleo e distribuição de combustíveis, por exemplo, a terceirização de atividades-meio se torna a principal solução.

Depois da onda de privatização, o Brasil despontou como um grande mercado para a terceirização, destacando-se entre os dez países com melhor potencial de atração de empresas que queiram terceirizar serviços, segundo pesquisa da A.T. Kearney's. De acordo com estudo da Deloitte Touche Tohmatsu, a terceirização cresce 30% ao ano no Brasil, principalmente nas áreas de *call center*, logística, contabilidade, tesouraria e recursos humanos.

A estimativa é que a terceirização movimente US\$175

bilhões este ano no mundo e US\$5 bilhões na América Latina, empregando mais de 2 milhões de pessoas apenas no Brasil. A Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprova esses números.

Segundo a PAS, o segmento que mais empregou em 2003 foi o de serviços prestados às empresas, responsável por 2,2 milhões de postos de trabalho. A categoria também respondeu pela maior parte dos salários gerados pelas atividades investigadas pela pesquisa do IBGE (R\$20,6 bilhões).

Na rasteira desse movimento, o processo de terceirização se profissionalizou. Depois de algumas experiências mal-sucedidas do passado, essa ferramenta passou a ser utilizada de forma muito mais responsável, tanto pelas empresas contratantes da mão-de-obra quanto pela empresa contratada, que disponibiliza o serviço.

Mas o que fazer para que o contrato de terceirização dê certo? O fundamental é ter o prestador de serviço como parceiro (fazer que se

A estimativa é que a terceirização movimente US\$175 bilhões este ano no mundo e US\$5 bilhões na América Latina



sinta parte do seu negócio). É preciso ter a exata dimensão de que, se o prestador for mal-sucedido, o tomador do serviço também o será.

Antes de firmar o contrato é importante verificar a capacidade do prestador, consultar seus clientes e ex-clientes, assim como processos judiciais envolvendo a empresa. Já durante a vigência do contrato, é importante estabelecer metas e indicadores sobre o serviço, além de criar rotinas que integrem os colaboradores terceirizados e os funcionários da empresa contratante.

A sedimentação do conceito de parceria entre tomadores e prestadores tem sido fundamental para que eles possam continuar competindo num mundo globalizado e altamente competitivo. Este é um dos princípios do Instituto Brasileiro de Terceirização (IBTe), que tem como missão central promover a terceirização responsável e com qualidade, em todos os ramos da economia, de forma a beneficiar empresas contratantes de serviços, sociedades prestadoras de serviços e compradores de produtos. ●

*Ulisses Carraro é presidente do Instituto Brasileiro de Terceirização.



Geração de empregos no setor de serviços

Percival Maricato*

As pesquisas recentes do setor de serviços, divulgadas pelo IBGE, trazem informações relevantes para definir a estratégia das entidades e lideranças na defesa do segmento.

Um dos números apontados como negativos, por autoridades diversas, é a redução da remuneração média, que caiu de 4,1 salários mínimos em 1998 para 3,2 salários em 2003, ou seja, R\$718,3.

É preciso notar, porém, que o próprio IBGE divulgou meses antes que nos últimos 7 anos a remuneração média da família brasileira tinha caído em 11%, ou seja, o setor de serviços acompanhou variáveis macroeconômicas, não podendo ser comparado com ganhos eventuais deste ou daquele setor, em especial a indústria, onde a tecnologia se intensifica rapidamente e a produção por empregado é cada vez maior, reduzindo vagas. A indústria exige cada vez menos empregados e eles estão cada vez mais preparados. Neste setor, portanto, é evidente que a média salarial tende a crescer.

Por outro lado, os benefícios aos trabalhadores mudaram radicalmente nos últimos anos, no setor de serviços. As contratações

precárias e muitas vezes informais deram lugar a contratos com carteira assinada, seguro, planos de saúde, maior segurança na continuidade do vínculo, oportunidade de freqüência a cursos profissionalizantes.

O crescimento das empresas gerou espaço para cargos de executivos e gerentes. Os bons profissionais ganham bem e têm oportunidades de crescimento que os demais setores não oferecem.

Ressalte-se, por fim, quanto a este item, que, como o emprego aumentou, o bolo de rendimentos pagos pelas empresas teve crescimento de 14,4% de 1998 a 2003, gerando reflexos positivos sobre toda a economia brasileira.

Os demais números são todos favoráveis ao setor. De 1998 a 2003, os postos de trabalho cresceram 28,4% do total e a atividade passou a ocupar pessoas que antes estavam ocupadas em outros setores, especialmente a indústria.

O fenômeno é simples de

Os postos de trabalho cresceram 28,4% e a atividade passou a ocupar pessoas que antes estavam ocupadas em outros setores

explicar. No mundo todo, mas com ênfase nos países desenvolvidos, os demais setores da atividade econômica (indústria, agricultura e até mesmo o comércio) tendem a usar tecnologias cada vez mais avançadas e produtivas, o que nem sempre é viável ao setor de serviços. Por outro lado, o ganho proporcionado pelo avanço tecnológico e a evolução cultural tornam as pessoas cada vez mais dispostas para o lazer, a cultura e o turismo, que em geral são atividades de mão-de-obra intensiva. Assim, enquanto os demais setores tendem a encolher, o de serviços tende a se expandir, quanto maior o desenvolvimento econômico. Os EUA, o Japão, os países europeus demonstram isto à sociedade.

O fato auspicioso é que o faturamento total do setor de serviços, de 1998 a 2003, subiu 36% e chegou a R\$326,6 bilhões. Na comparação com 2002, porém, houve queda de 4,2%, reflexo do desaquecimento de 2003. Nos últimos anos, não obstante a falta de pesquisas, assistiu-se a um reaquecimento que vinha ocorrendo até há alguns meses, quando o setor passou a ser vítima de várias ações preconceituosas do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

Por sua vez, dentro do setor de serviços, a evolução econômica e tecnológica vai justificando

alterações no número de pessoas empregadas em cada atividade. Informática, uma tecnologia que se expandiu fantasticamente nos últimos anos, cresceu no período referido em 80,2%, vindo logo a seguir os serviços prestados às empresas: 40,5%. Estão situadas neste campo as firmas de consultoria (contábil, jurídica, etc.), limpeza, manutenção, segurança e seleção e alocação de mão-de-obra. Foram essas atividades que deixaram de ser feitas diretamente pelas indústrias e foram terceirizadas.

O crescimento do setor de segurança é explicado pela explosão da violência e da criminalidade, assim como as deficiências cada vez mais visíveis no aparato policial. Hoje em dia, é

comum que até mesmo pequenas empresas reservem recursos no orçamento para despesas com este item. Há casos, como o dos bares e discotecas, por exemplo, onde o gasto com seguranças normalmente supera o que é destinado aos garçons.

Em resumo, se não fossem os obstáculos absurdos,

Se não fossem os obstáculos absurdos, preconceituosos e ultrapassados, o setor de serviços já estaria explodindo no Brasil

preconceituosos e ultrapassados, o setor de serviços já estaria explodindo no Brasil, dando emprego aos milhares de trabalhadores que estão sendo expurgados das demais atividades econômicas. Como preconceitos, decretos e ações judiciais jamais conseguiram parar a roda da economia, o que se pode esperar é o crescimento do setor e dos empregos gerados por ele, em quantidade e qualidade, assim como seu pleno reconhecimento como solução para muitos dos problemas sociais e econômicos decorrentes do desenvolvimento. ●

*Percival Maricato é vice-presidente da Ação Brasileira de Apoio ao Setor de Serviços (Abrasse).

Integratto Contábil: precisão em software

CONTABILIDADE

- Acesso a exercícios anteriores.
- Segunda moeda.
- Plano de contas contábil e gerencial.
- Gráfico de orçado/realizado.
- Controle de patrimônio.
- DOAR/LALUR.

ESCRITA FISCAL

- Emissão do REMAS e RAPIS.
- Exportação para o SINTEGRA.
- Lançamentos fiscais de ajustes.

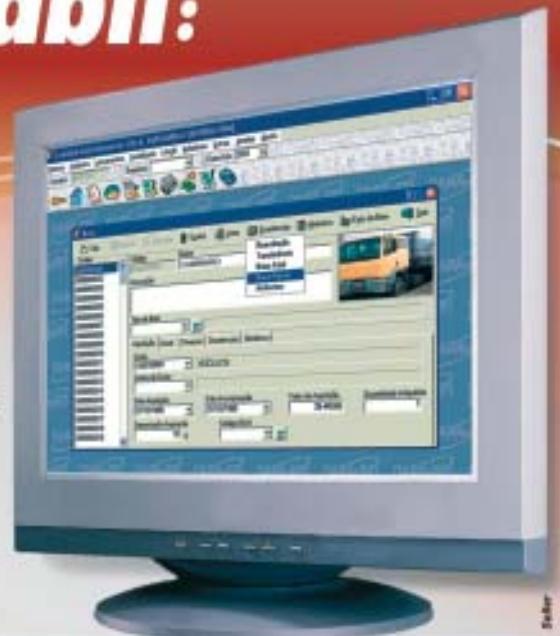
FOLHA DE PAGAMENTO

- Controle total de DP.
- Módulos de Ponto e PPP.
- Rápida inserção de folhas anteriores.

RECURSOS HUMANOS*

- Recrutamento e seleção.
- Avaliação de desempenho.
- Treinamento e benefícios.

*Sistema opional



Veja demonstração online em
www.nasajon.com.br



NASAJON
SISTEMAS

www.nasajon.com.br - Rio de Janeiro: (21) 2213-9310 - Demais localidades: 0800 217070

Vice-presidente institucional da Fenacon visita Sescons no Nordeste

O vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, proferiu palestra para cerca de 80 empresários e autoridades na cidade de João Pessoa, na noite do dia 12 de janeiro, durante sua visita ao Sescon-PB. Além de falar sobre as frentes de atuação da Fenacon e dos Sescon/Sescaps no estado e no Brasil, Pietrobon também participou da cerimônia de posse solene do presidente do Sescon da Paraíba, Rommel de Santana Freire.

O evento também marcou a assinatura do convênio entre o

do Conselho Regional de Contabilidade, Aderaldo Nascimento.

Segundo Rommel Freire, o evento, que reuniu todo o empresariado local, mostrou aos associados e à população em geral a importância da atuação da Fenacon e do Sescon no estado da Paraíba: "Queríamos mostrar que o Sescon não está aí só para arrecadar, mas para prestar serviços aos associados". Ao final, foi oferecido um jantar de confraternização a todos os presentes.

celebrações de convênios entre as entidades.

Visita ao Maranhão

No dia 2 de fevereiro, foi a vez de o Maranhão fazer parte do calendário de visitas da Fenacon. Valdir Pietrobon esteve, junto com o presidente do Sescon-MA, Gilberto Alves Ribeiro, e do vice-presidente da região Nordeste, José Geraldo Queiros, em vários encontros com representantes do setor contábil e de serviços na região, além de tratar da realização do VI Encontro das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Enescap), previsto para ser realizado em outubro deste ano na cidade de São Luís.

Na ocasião, os diretores da Fenacon e do Sescon-MA reuniram-se com o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do estado, Celso Beckman, e posteriormente com o presidente da Junta Comercial do Estado do Maranhão (Jucema). Os encontros tiveram o objetivo de discutir futuras parcerias para alavancar o trabalho das empresas e os profissionais contábeis no estado.

Durante a tarde, ainda ocorreu uma reunião na qual Valdir Pietrobon realizou uma exposição com vídeos da Fenacon e falou sobre todo o trabalho que a entidade vem realizando nesta gestão, além dos desafios e dos objetivos. Estiveram presentes cerca de 45 pessoas, entre membros da diretoria do Sescon-MA e empresários locais dos setores contábeis e de serviços. O dia foi encerrado com um jantar, em que estiveram presentes autoridades locais e o presidente da Jucema e empresários do estado. ■



Grimaldi Dantas, Valdir Pietrobon, Rommel de Santana Freire, Geraldo Queiros, Aderaldo G. do Nascimento Júnior, Antônio de Souza e Francisco de Assis

Sescon-PB e a Fenacon para inclusão do sindicato no Projeto Estruturar, que tem o objetivo de prestar auxílio na estruturação física e administrativa operacional dos sindicatos filiados.

Estiveram presentes o vice-presidente da região Nordeste, José Geraldo Lins de Queiros, que falou sobre a atuação da entidade na região Nordeste, e os presidentes dos Sescons do Rio Grande do Norte, Edson Oliveira da Silva; de Pernambuco, Adelvani Braz da Silva; e do Ceará, Pretextato Quaresma; além de várias autoridades locais, como o vice-presidente de administração

Parcerias

Durante todo o dia, Valdir Pietrobon, José Geraldo Lins de Queiros e Rommel Freire reuniram-se com representantes de entidades do estado para tratar de futuras parcerias para a atuação do Sescon. Participaram, pela manhã, de reunião com a delegada Francisca de Oliveira, da Delegacia Regional do Trabalho do estado da Paraíba; e, posteriormente, com o presidente da Junta Comercial do Estado da Paraíba, Fernando Melo, ambos para buscar parcerias para futuros projetos, como criação de câmaras de discussão do setor de serviços no estado e

:: REGIÃO SUL

Paraná

Sescap-PR doa alimentos a instituições filantrópicas

A grande procura pelos cursos realizados pelo Sescap-PR – sede – em novembro de 2005 resultou na arrecadação de 668kg de alimentos não-perecíveis, que foram destinados a duas instituições filantrópicas. Uma delas foi a Escola Rural Onofre Soares, na região metropolitana de Curitiba, que mantém 200 crianças matriculadas com idade entre 3 e 6 anos. A escola também oferece atividades para adultos, como corte

e costura, artesanato e panificação.

Outra instituição atendida pelo Sescap-PR foi a Paróquia Menino Jesus da Praga, que desenvolve ações voltadas para o atendimento a crianças, adolescentes e adultos da comunidade carente. Dentro da obra social existe o atendimento a algumas famílias cadastradas em condições de extrema pobreza. A obra social dessa paróquia é feita, em sua maioria, com o apoio de trabalho voluntário.



Sescap-PR faz distribuição de alimentos

Entidades paranaenses reivindicam CNPJ Online

Uma reivindicação que vem ganhando força nos últimos tempos, principalmente no estado do Paraná, é a implantação do CNPJ *online*. Este serviço traria maior rapidez aos procedimentos contábeis e, em apenas alguns minutos, o contribuinte poderia receber o documento de sua empresa. Esse processo, realizado nos guichês da Receita, demora normalmente entre 10 e 15 dias; porém, nos últimos meses, aumentou o prazo para até 60 dias em consequência da greve dos técnicos e auditores, encerrada em novembro.

Segundo o presidente do Sescap-PR, Mário Elmir Berti, as dificuldades e os prejuízos de

empresários e contadores poderiam ser amenizados com a implantação da emissão *online* do CNPJ.

Valdir Pietrobon, vice-presidente institucional da Fenacon, também compartilha a mesma opinião de Berti. Embora considere que uma solução em curto prazo seja pouco provável, já que a Receita Federal se opõe às mudanças, o dirigente entende como certa a emissão *online*

do CNPJ no futuro. “É só uma questão de tempo para que as resistências abrandem. A implantação de um sistema via internet será sem dúvida uma grande conquista para as empresas contábeis”, afirma Pietrobon, ao destacar que os exemplos do Paraná e de Curitiba precisam ser seguidos. “A inscrição estadual e o alvará municipal já são concedidos *online*”, diz.

Centro Virtual de Atendimento

Como a emissão do CNPJ *online* ainda enfrenta resistências do próprio governo, a Receita Federal se apressou e pôs em funcionamento, no dia 12 de dezembro, o Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte. Trata-se de um sistema que permite a realização de uma série de serviços pela internet; mas, para isso, o contribuinte precisa ter o certificado digital, documento eletrônico que garante total segurança às informações que trafegam na internet.

Governo do PR atende a entidades contábeis

O presidente do Sescap-PR, Mário Berti, junto ao presidente do Sicontiba, Narciso Dóro Júnior, e da Fecopar, Antônio Carlos Dóro, participaram, no último dia 26 de janeiro, de audiência com o secretário interino da Fazenda, Nestor Bueno, para pedir a prorrogação do prazo para o pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre

Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Também participaram da audiência o vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon, e o vice-presidente do Sescap-PR, Expedito Barbosa Martins.

Na ocasião, foi entregue um documento ao secretário interino com a alegação de que a prorrogação “proporcionaria aos contribuintes e

profissionais da contabilidade condições e tempo hábil para cumprir satisfatoriamente as exigências preconizadas na lei”.

O pedido foi atendido e a prorrogação do prazo foi anunciada pelo governador Roberto Requião no dia 31 de janeiro. O contribuinte ganhou mais 60 dias e o prazo final foi prorrogado do dia 31 de janeiro ao dia 31 de março.

:: REGIÃO CENTRO-OESTE
Mato Grosso do Sul

**Integração marca jantar de
 confraternização do Sescon-MS**



Jantar de confraternização do Sescon-MS

Muita alegria, integração e descontração marcaram a festa de confraternização do Sescon de Mato Grosso do Sul, realizada no dia 9 de dezembro de 2005. O evento contou

com a presença do vice-presidente da região Centro-Oeste, Laércio Jacomélli, representando a Fenacon; do presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Mato Grosso do Sul, Luiz Henrique de Souza; do vereador de Campo Grande Edil Albuquerque; além de representantes da Caixa Econômica Federal, das empresas Prosoft e Domínio Sistemas e toda a família contábil, de assessoramento, pesquisas e informações do estado, representada por empresários de diversos segmentos e diretores do Sescon-MS.

A festa, que contou com a animação da banda Zutrick e do

impecável serviço do *buffet* Ondara, reuniu aproximadamente 350 pessoas. Na ocasião, também foi divulgado o vídeo institucional da Fenacon. O presidente do Sescon-MS, Carlos Rubens de Oliveira, manifestou seu otimismo em relação ao ano de 2006: “é o marco do final de um ano e passagem para novos tempos, certamente mais felizes”.

Os presentes também fizeram uma grande surpresa para a diretora do Sescon-MS, Carmeline Silva Medeiros, e Denise Jacomélli, esposa de Laércio Jacomélli, ao cantar os Parabéns a Você pela passagem de seus aniversários, comemorados no mesmo dia do evento.

**Lançado o Movimento
 “De Olho no Imposto” em Campo Grande**

No dia 18 de fevereiro, foi a vez do Sescon-MS, em conjunto com mais de 40 entidades representativas do comércio, indústria e prestação de serviços, lançar o Movimento “De Olho no Imposto”, na cidade de Campo Grande-MS.

No centro da cidade, vários produtos foram expostos à população com informações discriminadas sobre a cobrança de tributos incidente em cada um deles, fato que causou espanto aos campo-grandenses presentes.

Os cidadãos assinaram a lista

para aderir a campanha, que tem o objetivo de coletar 1,5 milhão de assinaturas em todo o país para que seja regulamentada a discriminação dos tributos incidentes nos produtos e serviços adquiridos ou contratados pelo consumidor.

Distrito Federal

**Galeria do Sescon-DF
 ganha novo membro**

O presidente do Sescon-DF na gestão 2001/2004, Elizer Soares de Paula, foi homenageado pela atual diretoria do sindicato, no dia 14 de dezembro. A foto do ex-presidente na Galeria do Sescon-DF foi descerrada durante cerimônia que reuniu vários dirigentes de entidades e órgãos ligados à classe contábil, empresários e amigos.

Participaram do descerramento o vice-presidente institucional da Fenacon, Valdir Pietrobon; o

presidente da Junta Comercial do DF, João Carlos Montenegro; o diretor do DNRC, Luiz Fernando Antonio; o assessor de desenvolvimento institucional da Secretaria de Fazenda do DF, Walter Agapito; o presidente do CRC-DF, João Carlos de Medeiros; e os ex-presidentes do Sescon-DF, Horizon de Almeida, Gutenberg Anchieta, Eliel Soares de Paula, Antonio Sabino e Antônio Carlos Morais.



Evento de aposição do retrato do presidente do Sescon-DF

:: REGIÃO CENTRO-OESTE

Sescon-DF estimula a qualificação profissional

O Sescon-DF firmou convênio com a Faculdade Projeção para concessão de descontos nas mensalidades em cursos de graduação a associados do Sescon-DF, bem como aos seus colaboradores e dependentes legais.

Os cursos previstos pelo convênio são Ciências Contábeis,

Administração, Comunicação Social, Direito, História e Geografia. Para ter direito ao benefício, é preciso que o candidato seja inscrito regularmente e aprovado no processo seletivo da instituição, além de manter a pontualidade no pagamento das mensalidades.

A parceria foi formalizada no dia 4 de novembro, no campus II da

Faculdade Projeção, em Taguatinga. O presidente do Sescon-DF, Paulo Terra, foi recebido pelo presidente da Mantenedora dos Colégios e Faculdades Projeção, professor Oswaldo Saenger; e pelo coordenador do curso de Ciências Contábeis, professor Humberto Adão Castro.

Sescon-DF firma parceria com a Mastermaq

Convênio firmado entre o Sescon-DF e a Mastermaq Informática está facilitando e simplificando a hospedagem de *sites* das empresas prestadoras de serviços associadas e clientes. A parceria prevê condições especiais e exclusivas para a criação e a

hospedagem de *web sites* e permite ao usuário controle total sobre a formatação da página e suas alterações.

Segundo o gerente de negócios da Mastermaq, Leonardo Rodrigues de Souza, o programa é completo e atende a todas as necessidades das

empresas. Por meio do *site*, o empresário poderá disponibilizar, por exemplo, relatórios contábeis de seus clientes com segurança, pois o acesso aos documentos somente será autorizado pelo próprio empresário, que criará um código de segurança para cada cliente.

:: REGIÃO SUDESTE

Rio de Janeiro**Empresas terão selo de qualidade no Rio de Janeiro**

Foi lançado, no Rio de Janeiro, o projeto Qualidade Necessária – base para a conquista do Selo de Gestão da Qualidade Contábil, com os critérios da ISO 9001:2000, para as empresas de serviços contábeis do estado. O evento, que ocorreu no auditório do Sindicont-RJ, no dia 22 de novembro de 2005, contou com a presença do presidente do

Sescon-RJ, Guilherme Tostes; do presidente do CRC-RJ, Nelson Rocha; e o diretor da Diretiva Consultoria, Geraldo Luiz Kalkmann.

Parceria entre Sescon-RJ, Fecontesc e Diretiva Consultoria, que na ocasião assinaram o convênio, o projeto é pioneiro e tem o objetivo de preparar as empresas para as novas tendências da

atividade contábil, como prestadoras de serviço. De acordo com o presidente do Sescon-RJ, Guilherme Tostes, é a “forma mais clara e transparente de tentar diferenciar as empresas organizadas, estruturadas, que visam a qualidade para a sociedade daquelas que não visam. É isso que a certificação materializa”.

Frente de Fortalecimento dos Prestadores de Serviços do Rio de Janeiro

Foi lançada, no último dia 2 de novembro, a Frente de Fortalecimento dos Prestadores de Serviços do Rio de Janeiro. Na ocasião, o evento, que ocorreu no Centro Empresarial, contou com a presença do deputado federal Márcio Fortes e de representantes das entidades participantes. As propostas foram apresentadas pelo presidente do Sescon-RJ, Guilherme Tostes. Atualmente a frente já conta com 22

entidades-membros.

Segundo o presidente do Sescon-RJ, Guilherme Tostes, a frente é um marco de união das entidades representantes do setor de serviços do Rio de Janeiro e visa a apoiar o setor público na criação de políticas de desenvolvimento, fomento, fortalecimento e defesa do setor.

“Esse evento, antes mesmo de começar, já cumprira 80% da sua função. A bandeira que nós

erguemos, de união, já aglutinou conselhos, sindicatos e associações. A procura está sendo muito grande. Existe um eixo comum nesse setor muito ligado ao descaso do setor público e à pouca atenção que nos é dada. Esse é um trabalho que visa ao desenvolvimento da cidadania e da responsabilidade do poder público no desenvolvimento do setor de serviços”, afirma Guilherme Tostes.

Presidente do Sescon-SP é o novo presidente da Jucesp



Antonio Marangon

O presidente do Sescon-SP, Antonio Marangon, foi empossado como novo presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Jucesp), no dia 19 de janeiro, pelo secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo, Hélio Silva Júnior. A cerimônia foi realizada na sede da secretaria.

Marangon assumiu o cargo, com a promessa de não poupar esforços para desenvolver um bom trabalho à frente da Jucesp, órgão que, segundo ele, conhece e com o qual trabalha há mais de 35 anos. “A Jucesp evoluiu muito nos últimos tempos, mas as empresas e instituições mudam constantemente e o órgão precisa agilizar ainda mais a sua prestação

de serviços para acompanhar e dar vazão às exigências do mercado”, disse o presidente.

Atribuições: Criada há 115 anos, a Jucesp é subordinada à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, do governo do estado de São Paulo. Dentre as atribuições da instituição, está o registro das empresas de atividades mercantis, além da expedição de certidões, ofícios e atividades referentes aos armazéns gerais, leiloeiros e tradutores públicos, entre outros. As atividades de registro das empresas mercantis e atividades afins são reguladas pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Movimento De Olho no Imposto conscientiza população

Representantes do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo (Sescon-SP), da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) e outras entidades que fazem parte da Frente Brasileira contra a MP 232 lançaram, no último dia 17 de janeiro, o movimento De Olho no Imposto, com o objetivo de conscientizar a sociedade brasileira acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços. O evento ocorreu na sede do Sescon-SP.

Em todo o estado de São Paulo, será coletado mais de 1 milhão de assinaturas em apoio ao projeto de lei para regulamentar o § 5º do art. 150 da Constituição Federal, que determina a discriminação dos impostos cobrados em todos os produtos ou serviços consumidos

pela população.

“Você já parou para pensar o quanto tem de imposto em um copo de água? Afinal, quanto se ingere de imposto por dia?”, pergunta o presidente do Sescon-SP, Antonio Marangon, um dos incentivadores do movimento. Segundo ele, “a população tem o direito de exigir o retorno do que paga em impostos e não apenas deveres, sendo obrigada a recolher elevadíssima tributação sobre tudo o que produz”.

Para o presidente da Facesp e da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Guilherme Afif Domingos, é necessário conscientizar a população de que todos pagam impostos e acabar com a cultura de que os serviços públicos são gratuitos no Brasil. “Queremos que todo brasileiro, ao fazer uma compra, saiba o quanto paga pelo produto e o quanto vai

para o governo. Somente com esta transparência teremos um cidadão consciente que exige saúde, educação e segurança de qualidade”.

O De Olho no Imposto conta com a participação de mais de 100 entidades, entre elas o Sescon, Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo (OAB/SP), Associação Médica Brasileira (AMB), Associação Paulista de Medicina (APM), Força Sindical e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

Do dia 18 de janeiro a 23 de fevereiro, 17 cidades paulistas foram visitadas. Nessas cidades foi realizado o Feirão do Imposto e demonstrados a Calculadora do Imposto e o Impostômetro (painele eletrônico que mostra o valor pago em impostos pelos brasileiros desde o início do ano).

• REGIÃO NORTE
Roraima

**Sescon Roraima orienta sobre
nova Guia de Contribuição Sindical**

Com o objetivo de orientar sobre as modificações nos procedimentos de arrecadação ocasionadas pela implantação da nova Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical (GRCS), o Sescon de Roraima promoveu, no último dia 5 de janeiro, uma palestra sobre os novos procedimentos voltada a todos os filiados e associados.

A palestra, que ocorreu na sede

da Federação do Comércio (Fecor), foi uma parceria entre o sindicato, a Caixa Econômica Federal e a Federação da Indústria do Estado de Roraima (Fier). O evento teve início em clima de confraternização com um café da manhã para os cerca de 70 representantes dos escritórios de contabilidade de Boa Vista que estiveram presentes. A palestra foi ministrada pelo gerente

empresarial da Caixa Econômica de Boa Vista, Marcos José, que prestou esclarecimentos para todos os associados sobre a nova GRCS.

O Sescon-RR também aproveitou a ocasião para esclarecer todas as dúvidas dos contribuintes sobre a história, a obrigatoriedade e as normas referentes à contribuição sindical, por meio do suplente de diretoria Vivaldo Barbosa de Araújo.

• REGIÃO NORDESTE
Pernambuco

**Maior credibilidade ao
setor de serviços de Pernambuco**

O Sescap-PE e a Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de Pernambuco (Aescon-PE) lançaram, no dia 14 de dezembro, o Programa de Qualidade das Empresas Contábeis (PQEC) com o objetivo de incentivar a qualificação das empresas de serviços contábeis sob todos os aspectos, desde o técnico e infra-estrutural até a capacitação dos funcionários.

O PQEC, que começou a

funcionar oficialmente em janeiro de 2006, é voltado, exclusivamente, aos associados da Aescon-PE e do Sescap-PE. Para adquirir o selo de qualidade, as empresas interessadas devem se submeter a uma série de requisitos que legitimem a sua adequação às exigências do PQEC e comprovem a sua qualidade e freqüente atualização técnica e teórica.

“Essa certificação serve de estímulo permanente para que as prestadoras de serviços contábeis

procurem fornecer um serviço de qualidade, o que permite mais segurança ao usuário”, afirma Albérico Xavier, presidente da Aescon-PE.

Segundo o presidente do Sescap-PE, José Félix, com o programa de qualificação, as empresas clientes e a sociedade em geral terão condições de discernir uma empresa atualizada, que investe em estrutura e tecnologia, daquelas que não estão antenadas com a eficácia de seus serviços.

**Presidente do Sescap-PE é
homenageado com o prêmio “O Caduceu”**

O presidente do Sescap-PE, Adelvani Braz, foi homenageado, no último dia 8 de fevereiro, com o recebimento do troféu “O Caduceu”, durante evento ocorrido na cidade de Recife, PE. O prêmio, entregue anualmente, é concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco (CRC-PE) aos profissionais que mais se destacaram no segmento contábil e objetiva homenagear os profissionais, entidades da classe contábil e instituições de ensino superior que mais contribuíram com o crescimento do cenário

contábil pernambucano.

Adelvani Braz atua como economista e contador há mais de 40 anos e, nesse período, já foi, entre outros cargos, presidente do Ibracon e membro efetivo do Conselho Regional de Contabilidade.

Em seu discurso na ocasião do recebimento do prêmio, Adelvani ressaltou que “fica muito feliz em ver que o evento, pelo seu nível, se prestou muito bem à finalidade de contribuir para a valorização da classe, trazendo à tona a importância de nosso trabalho para a sociedade”.

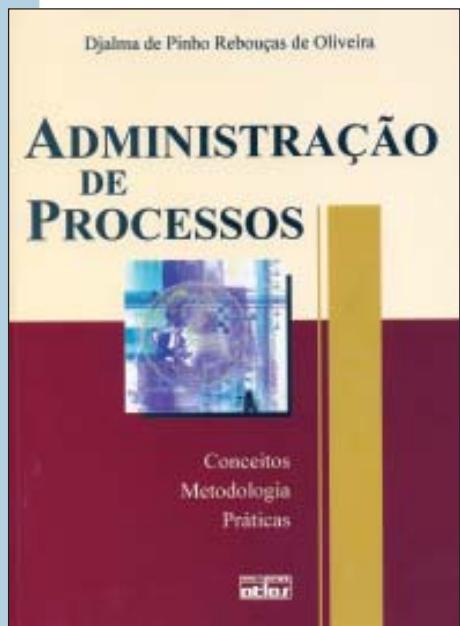


Adelvani Braz da Silva
recebe prêmio Caduceu



Administração de processos

Conceitos, metodologia, práticas



O livro *Administração de processos*, composto por cinco capítulos, apresenta dois aspectos importantes para o desenvolvimento e implementação dos processos administrativos nas empresas: a metodologia estruturada e com abordagem prática para a

consolidação dos processos nas empresas; e a adequada interligação dos processos administrativos com outros instrumentos administrativos das empresas, tais como planejamento estratégico, estrutura organizacional, qualidade total, logística, *marketing*, relatórios gerenciais, custos por atividade e as questões comportamentais e de mudanças nas empresas.

A metodologia de administração de processos, apresentada em *Administração de processos*, possibilita à empresa ter uma ferramenta indispensável à consolidação de sua competitividade no mercado. O livro mostra, de maneira clara e didática, a importância da administração de processos para o desenvolvimento das empresas independentemente do segmento de atuação. Sua leitura será de extrema utilidade para os executivos e profissionais de empresas.

Nos dois primeiros capítulos, o autor aborda a evolução da administração das empresas e os

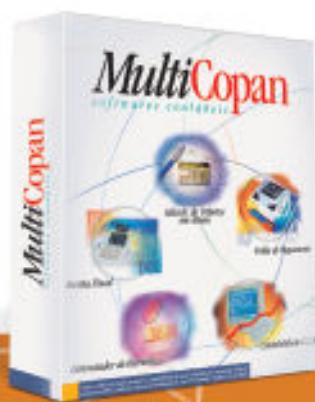
reflexos dessas evoluções na administração de processos. No terceiro, o livro traz uma metodologia estrutural com a abordagem prática para o desenvolvimento e implementação dos processos administrativos nas empresas. No último capítulo, o leitor vai encontrar o perfil básico e ideal do executivo administrador de processos.

A leitura dessa obra possibilitará ao executivo visualizar um novo modelo de administração empresarial focado nos resultados.

O autor, Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira, é graduado, mestre e doutor em Administração pela USP. Foi professor de carreira de graduação e pós-graduação. Atualmente exerce suas atividades profissionais como consultor em planejamento estratégico, estrutura organizacional e sistema de informações gerenciais. ●

Administração de processos
Conceitos, metodologia, práticas
 De Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira
 Editora Atlas, 291 páginas 1ª Edição (2006)
 Preço: R\$42,00

Sua empresa 5 vezes mais ágil.



MultiCopan

Com cinco softwares contábeis, o *MultiCopan* vai acelerar os negócios de sua empresa. A contabilidade de sua empresa vai trabalhar com velocidade e eficiência de sobra. Os 5 sistemas são integrados: Folha de Pagamento, Escritura Fiscal, Contabilidade C.L.M., Cálculo de Tributos em Atraso, Gerenciador de Escritório.

0800-7702040



SP: Campinas, Praia Grande, Santo André, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba. ES: Vitória. AP: Macapá



SINDICATOS FILIADOS

SESCAP - ACRE

Pres.: Sérgio Castagna
End.: Av. Getúlio Vargas, 130, Sl. 206, Centro – CEP: 69900-660 – Rio Branco/AC
Tel.: (68) 3223-3452
sescapac@ibest.com.br
www.sescap-ac.org.br

SESCAP - ALAGOAS

Pres.: Luiz Jorge Cesar Teixeira
End.: Av. Comendador Francisco Amorim Leão, 240 A, Galeria Jardim Alagoas Center, Sl. 19, Farol – CEP: 57.050-080 – Maceió/AL
Tel.: (82) 3032-5817
proconta@ig.com.br
www.sescapal.org.br
www.fenacor.org.br/sescon-al
Cód. Sindical: 002.365.89638-8

SESCAP - AMAPÁ

Pres.: Márcio Lélio P. do Nascimento
End.: Av. Ana Nery, 1.148, Bairro Jesus de Nazaré – CEP: 68908-190 – Macapá/AP
Tel.: (96) 3223-3947
sescap@tvsom.com.br
www.webcontabil.com.br\sescap_ap
Cód. Sindical: 002.365.00000-7

SESCAP - AMAZONAS

Pres.: Wilson Américo da Silva
End.: Rua Monsenhor Coutinho, 477, Sl. 5, Centro – CEP: 69100-110 – Manaus/AM
Tel.: (92) 3233-2336
sesconam@vivax.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91072-0

SESCAP - BAHIA

Pres.: Fernando César Passos Lopo
End.: Av. Antonio Carlos Magalhães, 2.573, Sl. 1.205/6, Ed. Royal Trade, Candeal de Brotas – CEP: 40289-900 – Salvador/BA
Tel.: (71) 3452-4082
sescap@sescap-ba.org.br
www.sescap-ba.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90858-0

SESCON - BAIXADA SANTISTA

Pres.: Orival da Cruz
End.: Av. Conselheiro Nébias, 592, Boqueirão – CEP: 11045-002 – Santos/SP
Tel.: (13) 3224-4839
sesconbs@sesconbs.org.br
www.sesconbs.org.br

SESCON - BLUMENAU

Pres.: Gelson Francener
End.: Rua 15 de Novembro, 550, 10º andar, Sl. 1.009/1.010 – CEP: 89010-901 Blumenau/SC
Tel.: (47) 3326-0236
sesconblumenau@flynet.com.br
www.sesconblumenau.org.br
Cód. Sindical: 002.365.89502-0

SESCON - CAMPINAS

Pres.: Carlos José Tozzi
End.: Av. Irmã Serafina, 863, 2º andar, Sl. 22, Ed. Sada Jorge, Centro CEP: 13015-201 – Campinas/SP
Tel.: (19) 3239-1845
sesconcampinas@uol.com.br
www.sesconcampinas.org.br

SESCAP - CEARÁ

Pres.: Pretextato S. Quaresma
End.: Av. Washington Soares, 1.400, Sl. 401, Edson Queiróz CEP: 60811-341 – Fortaleza/CE
Tel.: (85) 3273-5083
sescap@sescapce.org.br
www.sescapce.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88157-7

SESCON - DISTRITO FEDERAL

Pres.: Paulo Cesar Terra
End.: SHCS, CR Qd. 504, Bl. C, Subsolo, Lj. 60/64, Asa Sul, Entrada W2 CEP: 70331-535 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3226-2456
sescondf@sescondf.org.br
www.sescondf.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04303-2

SESCON - ESPÍRITO SANTO

Pres.: Rider Rodrigues Pontes
End.: Rua Quintino Bocaiuva, 16, Edifício Navemar, Sl. 903, Centro CEP: 29010-903 – Vitória/ES
Tel.: (27) 3223-4936
sescos@sescon-es.org.br
www.sescon-es.org.br
secretaria@sescon-es.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04904-9

SESCON - GOIÁS

Pres.: Edson Cândido Pinto
End.: Rua 61, nº 146, Centro (Térreo) CEP: 74045-080 Goiânia/GO
Tel.: (62) 3212-4477
sescongoias@sescongoias.org.br
www.sescongoias.org.br
Cód. Sindical: 002.365.05474-3

SESCON - GRANDE FLORIANÓPOLIS

Pres.: Maurício Melo
End.: Rua Felipe Schmidt, 303, 9º andar, Ed. Dias Velho, Centro – CEP: 88010-903 Florianópolis/SC
Tel.: (48) 3222-1409
sescon@sesconfloripa.org.br
www.sesconfloripa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88511-4

SESCAP - LDA

Pres.: José Joaquim Martins Ribeiro
End.: Rua Senador Souza Naves, 289, Sobreloja, Ed. Euclides Machado CEP: 86010-914 – Londrina/PR
Tel.: (43) 3329-3473
sescapldr@sescapldr.com.br
www.sescapldr.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90169-1

SESCON - MARANHÃO

Pres.: Gilberto Alves Ribeiro
End.: Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Sl. 201, Retorno do Calhau, Casa do Trabalhador CEP: 75074-220 – São Luís/MA
Tel.: (98) 3236.6971
sescon.ma@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90023-7

SESCON - MATO GROSSO

Pres.: João dos Santos
End.: Rua São Benedito, 851, 1º andar, Bairro Lixeira – CEP: 78008-100 Cuiabá/MT
Tel.: (65) 3623-1603
sesconmt@terra.com.br
www.sescon-mt.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86025-1

SESCON - MATO GROSSO DO SUL

Pres.: Carlos Rubens de Oliveira
End.: Rua Elvira Pacheco Sampaio, 681, Jardim Monumento – CEP: 79071-030 Campo Grande/MS
Tel.: (67) 3387-6094 / 3387-5489
sesconms@sesconms.org.br
www.sesconms.org.br
Cód. Sindical: 002.365.87924-6

SESCON - MINAS GERAIS

Pres.: João Batista de Almeida
End.: Av. Afonso Pena, 748, 24º andar Centro – CEP: 30130-003 Belo Horizonte/MG
Tel.: (31) 3273-7353
sescon@sescon-mg.com.br
www.sescon-mg.com.br
Cód. Sindical: 002.365.04937-5

SESCON - PARÁ

Pres.: Paulo Otávio Bastos Baker
End.: Av. Presidente Vargas, 640, 5º andar, Sl. 01, Ed. Selecto, Campina CEP: 66017-000 – Belém/PA
Tel.: (91) 3212-2558
sesconpa@nautlius.com.br
www.sescon-pa.org.br
Cód. Sindical: 002.365.90145-4

SESCON - PARAÍBA

Pres.: Rommel de Santana Freire
End.: Rua Rodrigues Aquino, 280, Centro CEP: 58013-030 – João Pessoa/PB
Tel.: (83) 3222-1313
nordesteconsult@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90755-0

SESCAP - PARANÁ

Pres.: Mário Elmir Berti
End.: Rua Marechal Deodoro, 500, 11º andar, Edifício Império, Centro CEP: 80010-911 – Curitiba/PR
Tel.: (41) 3222-8183
sescap-pr@sescap-pr.org.br
www.sescap-pr.org.br
Cód. Sindical: 002.365.88248-4

SESCAP - PERNAMBUCO

Pres.: Adelvani Braz da Silva
End.: Rua José Aderval Chaves, 78, 4º andar, Sl. 407/408, Boa Viagem CEP: 51111-030 – Recife/PE
Tel.: (81) 3327-6324
sescappe@sescappe.com.br
www.sescappe.com.br
Cód. Sindical: 002.365.88145-3

SESCON - PIAUÍ

Pres.: Tertulino Ribeiro Passos
End.: Av. José dos Santos e Silva, 2.090, Sl. 201 – CEP: 64001-300 – Teresina/PI
Tel.: (86) 3222-6337
sesconpi@analisecontabilidade.com.br
Cód. Sindical: 002.365.90801-7

SESCON - PONTA GROSSA

Pres.: Luiz Fernando Saffraider
End.: Rua XV de Novembro, 301, 6º andar, Sl. 67/68, Ed. Dr. Elyseu CEP: 84010-020 – Ponta Grossa/PR
Tel.: (42) 3028-1096
sesconpg@interponta.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91178-6

SESCON - RIO DE JANEIRO

Pres.: Guilherme Tostes
End.: Av. Passos, 120, 7º andar, Centro CEP: 20051-040 – Rio de Janeiro/RJ
Tel.: (21) 2233-8899
sesconrj@sescon-rj.org.br
www.sescon-rj.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86767-1

SESCON - RIO GRANDE DO NORTE

Pres.: Edson Oliveira da Silva
End.: Rua Segundo Wanderley, 855-B, Sl. 122, Centro Empresarial Barro Vermelho CEP: 59030-050 – Natal/RN
Tel.: (84) 3211-0269
sesconrn@uol.com.br
www.sescon-rn.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91069-0

SESCON - RIO GRANDE DO SUL

Pres.: Luiz Carlos Bohn
End.: Rua Augusto Severo, 168, São João CEP: 90240-480 – Porto Alegre/RS
Tel.: (51) 3343-2090
sescon-rs@sescon-rs.com.br
www.sescon-rs.com.br

SESCAP - RONDÔNIA

Pres.: João Aramayo da Silva
End.: Av. Carlos Gomes, 2.292, Sl. 04, Bairro São Cristóvão – CEP: 78901-200 Porto Velho/RO
Tel.: (69) 3026-2531/Fax: (69) 3224-1922
sescap-ro@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91126-3

SESCON - RORAIMA

Pres.: Auxiliadora Oliveira de Araújo
End.: Rua Prof. Agnelo Bitencourt, 390, Galeria Ajuri, Sala 5, Centro CEP: 69301-430 – Boa Vista/RR
Tel.: (95) 3624-4588
sesconrr@hotmail.com
Cód. Sindical: 002.365.04959-6

SESCON - SANTA CATARINA

Pres.: Luiz Antonio Martello
End.: Av. Juscelino Kubitschek, 410, 3º andar, Bloco B, Sls. 306/308 CEP: 89201-906 – Joinville/SC
Tel.: (47) 3433-9849
sesconsc@sesconsc.org.br
www.sesconsc.org.br
Cód. Sindical: 002.365.02808-4

SESCON - SÃO PAULO

Pres.: Antonio Marangon
End.: Av. Tiradentes, 960, Luz CEP: 01102-000 – São Paulo/SP
Tel.: (11) 3328-4900
sescosp@sescon.org.br
www.sescon.org.br
Cód. Sindical: 002.365.86257-2

SESCON - SERGIPE

Pres.: José Cincinato Vieira Mello
End.: Rua Siriri, 496, Sl. 4, 1º andar Centro – CEP: 49010-450 – Aracaju/SE
Tel.: (79) 3214-0722
sescapse@infonet.com.br
www.sescon-se.org.br
Cód. Sindical: 002.365.04999-5

SESCON - SERRA GAÚCHA

Pres.: Celestino Oscar Loro
End.: Rua Itálo Victor Bersani, 1.134, Jardim América – CEP: 95050-520 Caxias do Sul/RS
Tel.: (54) 223-4300
executivo@sesconxs.com.br
www.sesconxs.com.br
Cód. Sindical: 002.365.87490-2

SESCON - SUL-FLUMINENSE

Pres.: Vera Lúcia Pires Nunes
End.: Av. 17 de Julho, 280, Lj. 02, Aterrado, Ed. Minas Gerais Volta Redonda/RJ – CEP: 27213-200 Tel.: (24) 3347-1298
sesconsul@uol.com.br
www.sesconsul.com.br
Cód. Sindical: 002.365.05022-5

SESCON - TOCANTINS

Pres.: Flávio Azevedo Pinto
End.: Quadra104 Norte, Rua NE 11, Lt. 20 Sala 04 – CEP: 77006-030 – Palmas/TO
Tel.: (63) 3215-2438
sescapto@uol.com.br
Cód. Sindical: 002.365.91124-7

SESCON - TUPÁ

Pres.: Hamilton D. Ramos Fernandez
End.: Rua Carijós, 481, Centro CEP: 17604-770 – Tupá/SP

Tel.: (14) 3496-6820
sescontupan@unisite.com.br

Cód. Sindical: 000.000.90844-4

Empresário de serviços, entre em contato com seu sindicato por e-mail.
É mais rápido e econômico.

Critique, reivindique, opine, faça sugestões aos seus dirigentes. Eles querem trabalhar por você, em defesa de sua empresa.

Acompanhe a evolução do mercado.



Encontre as melhores soluções para seu escritório com os mais modernos programas de gestão integrada para empresas contábeis.

A Prosoft traz softwares completos para seu escritório. Baseados no conceito de ERP (planejamento de recursos empresariais) concentra-se todas as informações em uma única base de dados, tornando os processos do dia-a-dia muito mais ágeis e flexíveis, garantindo total integração da empresa, além de muito mais objetividade na tomada de decisão. Algumas outras vantagens:

- Informação on line em tempo real
- Segurança e qualidade na busca de informação
- Auxilia na tomada de decisões
- Direciona o planejamento estratégico
- Eliminação do retrabalho
- Interface amigável
- Implantação rápida e segura

Os sistemas Prosoft são constantemente atualizados com a legislação de cada estado. Em todo o Brasil contamos com um suporte sempre pronto para solucionar qualquer problema ou dúvida, além de uma Central OnLine agregando inúmeras facilidades aos usuários.

Conheça também as soluções em:

- Relacionamento com clientes
- Business Intelligence
- Gerenciamento de documentos
- Gestão comercial, contábil, financeira e fiscal
- Administração de processos
- Ponto eletrônico

Descubra o que podemos fazer por você e sua empresa.
Ligue agora e solicite uma demonstração

Nossos clientes também podem conferir toda a legislação através da Central OnLine gratuitamente.



Somando soluções para obter resultados

www.prosoft.com.br

0800 551037